



CENTRO DE ESTUDO SUPERIOR DE ITAITUBA-LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA- FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MARCELO ARAÚJO SILVA

**ATUAÇÃO DO TÉCNICO EDUCACIONAL EM TEMPOS DE
PANDEMIA: Análise em cinco escolas públicas do Município de
Itaituba – PA.**

ITAITUBA - PA
2022

MARCELO ARAÚJO SILVA

**ATUAÇÃO DO TÉCNICO EDUCACIONAL EM TEMPOS DE
PANDEMIA: Análise em cinco escolas públicas do Município de
Itaituba – PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciado Pleno em Pedagogia.
Orientador: Profº Esp. Dhemesbraene Soares da
Silva.

ITAITUBA - PA

2022

SILVA, Marcelo Araújo.

ATUAÇÃO DO TÉCNICO EDUCACIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA:
Análise em cinco escolas públicas do Município de Itaituba – PA. / MARCELO
ARAÚJO SILVA - Itaituba: FAI, 2022.

74 Fls.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Itaituba, 2022.
Orientador: Dhemesbraene Soares da Silva.

1. Técnico Educacional. 2. Tempos de pandemia. I. SILVA, Dhemesbraene Soares da Silva. II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR-PA, 2022.

MARCELO ARAÚJO SILVA

**ATUAÇÃO DO TÉCNICO EDUCACIONAL EM TEMPOS DE
PANDEMIA: Análise em cinco escolas públicas do Município de
Itaituba – PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciado Pleno em Pedagogia.
Orientador: Profº Esp. Dhemesbraene Soares da
Silva.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____

Prof. Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

Avaliadora: _____ Nota: _____

Prof.^a Lucia Maria da Costa Cruz, Esp.

Avaliadora: _____ Nota: _____

Prof.^a Edilane da Silva Melo, Esp.

Resultado: _____ Média: _____

Data: 05 de Agosto de 2022

Ao meu Pai celestial que me amou primeiro, à toda a minha família, em especial minha mãe, Francisca e meu pai Antônio, pelo amor, carinho e cuidado. À minha namorada Daiana, pelo incentivo e apoio, fazendo com que eu perseverasse cotidianamente.

Marcelo Araújo Silva

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Senhor Deus, onisciente, onipresente e onipotente por me fortificar cotidianamente e prover por meio de sua graça e misericórdia, o sustento e todas as bênçãos necessárias para lograr êxito em todas as situações de adversidade. Grato também por me possibilitar, por meio do seu Espírito Santo, a obtenção da sabedoria e do discernimento, me guiando pelos caminhos do amor, da empatia, da responsabilidade tão necessários para se vencer batalhas diárias.

À minha mãe, **Francisca Araújo Oliveira**, pelo amor, cuidado e incentivo, que nunca deixou faltar em seu repertório, despertando em mim a vontade de vencer as batalhas em busca dos meus objetivos. Ao meu pai **Antônio dos Santos Silva** por sempre estar disposto a me ajudar no que eu precisei, não medindo esforços para que meus sonhos fossem realizados conforme eu trabalhava para tal.

À minha namorada, **Daiana Lopes da Silva** pelo companheirismo, amizade, incentivo e disposição em me ajudar conforme a necessidade.

Aos meus amigos **Pedro Neto do Vale Pessoa e família, Adão Ferreira de Melo Neto e família, Larissa Thames Silva Souza, Auricélia Sousa da Silva, Wanderson Pereira Turque, Izabela Cardoso da Silva, Juliana Macedo Pereira** e tantos outros que fizeram parte dessa trajetória árdua, porém emocionante e cheia de aprendizados.

Aos meus professores de Pedagogia da Faculdade de Itaituba pelo empenho em mediar todo o conhecimento, resolução de dúvidas e dicas de aprendizagem. Dedico esse trabalho também aos Técnicos Educacionais, que não mediram esforços em colaborar com a pesquisa, mesmo em meio à grande quantidade de tarefas a executar.

Ao meu Professor e Orientador, Especialista **Dhemesbraene Soares da Silva**, que de maneira extraordinária e profissional me direcionou aos objetivos durante a realização de todo esse trabalho.

Dedico também aos familiares e amigos que não mencionei, mas que de alguma forma contribuíram para essa conquista, o meu MUITO OBRIGADO.

A emergência do coronavírus provocou várias mudanças nas nossas vidas e, em relação à educação, mostrou o que já estamos discutindo e estudando há muito tempo: a educação precisa se reinventar (SOUZA, 2020, p. 117).

RESUMO

A atuação do Técnico Educacional no advento da pandemia foi caracterizada por modificações em sua prática educacional. Com a migração para o ensino remoto, esse profissional, que já era muito utilizado pela escola para a resolução de conflitos, passou a sofrer uma sobrecarga de trabalho em razão das atividades virtuais. A tarefa de ter que atender alunos e professores, já se manifestava ser uma tarefa árdua, porém quando passou a ter que lidar também com desafios impostos pela pandemia da Covid-19, as atribuições foram de fato recheadas. Diante disso, várias questões desafiaram esse especialista a se reinventar, no caso das TICs, e se desdobrar para lidar com problemáticas como evasão escolar, decadência de infraestrutura e ausência de incentivos. Nessa ótica, o presente trabalho busca assimilar as formas que os educadores investigados trataram as adversidades inerentes à sua atuação, além de saber também se foram prejudicados profissionalmente com tudo isso. No que cabe aos métodos utilizados no trabalho, apoiou-se em uma abordagem qualitativa, com base bibliográfica em diversos autores que discorrem sobre o tema, além da aplicação de um questionário a cinco Técnicos Educacionais de cinco escolas diferentes, do município de Itaituba - PA. Para tanto, essa monografia denota os principais desafios do Técnico Educacional na realização de suas atividades em tempos de pandemia. Portanto, averiguou-se que mesmo diante das dificuldades em lidar com os recursos tecnológicos, os profissionais utilizaram do autodidatismo, da empatia e às vezes da autodisciplina para progredir. Notou-se também que com relação aos problemas de evasão escolar, os técnicos apostaram no contato via rede social, como primeiro método elucidativo, e em seguida realizavam a prática mais comum entre eles, a Busca Ativa, fazendo jus à profissão com fama de resolução de conflitos.

Palavras-Chave: Atuação do técnico. Pandemia da Covid-19. Sobrecarga profissional.

ABSTRACT

The performance of the Educational Technician in the advent of the pandemic was characterized by changes in his educational practice. With the migration to remote teaching, this professional, who was already widely used by the school for conflict resolution, began to suffer a workload due to virtual activities. The task of having to serve students and teachers was already an arduous task, but when it also came to have to deal with challenges imposed by the Covid-19 pandemic, the assignments were in fact filled. In view of this, several issues challenged this specialist to reinvent himself, in the case of ICTs, and unfold to deal with problems such as school dropout, decay of infrastructure and lack of incentives. From this point of view, the present work seeks to assimilate the ways in which the investigated educators dealt with the adversities inherent to their performance, in addition to knowing if they were professionally harmed by all this. Regarding the methods used in the work, it was supported by a qualitative approach, based on bibliography in several authors who discuss the subject, in addition to the application of a questionnaire to five Educational Technicians from five different schools, in the municipality of Itaituba - PA . Therefore, this monograph denotes the main challenges of the Educational Technician in carrying out his activities in times of a pandemic. Therefore, it was found that even in the face of difficulties in dealing with technological resources, professionals used self-education, empathy and sometimes self-discipline to progress. It was also noted that with regard to school dropout problems, the technicians bet on contact via social network, as a first elucidative method, and then carried out the most common practice among them, the Active Search, living up to the profession with a reputation for solving of conflicts.

Keywords: Technician performance. Covid-19 pandemic. Professional overload.

LISTA DE SIGLAS

EPIs: Equipamentos de Proteção Individual

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

MEC: Ministério da Educação e Cultura

OE: Orientação educacional

OMS: Organização Mundial da Saúde

PABAAE: Programa Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar

PCC: Plano de Cargos e Carreira

PCCR: Plano de Cargos, Carreira e Remuneração

PCCTAE: Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

SESPA: Secretaria de Estado de Saúde Pública

SUS: Sistema Único de Saúde

TAE: Técnico em Assuntos Educacionais

TE: Técnico Educacional

TICs: Tecnologias de Comunicação e Informação

LISTA DE TABELAS

TABELA 1:	Distribuição do número de casos e óbitos no mundo.....	36
TABELA 2:	Tabela de incidência, letalidade, mortalidade, casos e óbitos confirmados de COVID-19, por Região de Saúde, Pará, de 01/03/2020 a 21/10/2021.....	39

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1:	Descrição do cotidiano no advento da pandemia.....	55
QUADRO 2:	Quais as limitações principais você teve que vivenciar ao realizar as atividades mais básicas do seu cotidiano profissional?.....	56
QUADRO 3:	Quais recursos você utilizou para facilitar o contato com professores e alunos?.....	57
QUADRO 4:	Você se sentiu totalmente capacitado para operar as ferramentas tecnológicas (APPs, softwares) exigidas pelos órgãos educacionais no advento da pandemia?.....	58
QUADRO 5:	De acordo com suas experiências, obtidas nessa crise sanitária, você acredita que o desenvolvimento do seu trabalho foi prejudicado?.....	59
QUADRO 6:	Na sua opinião, o acompanhamento aos alunos ocorreu na mesma intensidade do que com os professores?.....	59
QUADRO 7:	Com relação às famílias dependentes do acompanhamento contínuo do Técnico Educacional, como se deu o diálogo, tendo em vista os meios de controle sanitários?.....	60
QUADRO 8:	Quais meios a instituição em que você trabalha utilizou para lidar com a evasão escolar?.....	61
QUADRO 9:	Qual (is) fator (es), na sua opinião, merecem lugar de destaque no rol de acontecimentos educacionais na pandemia? Marque com um X dois fatores de cada opção.....	62

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Mapa de Incidência da COVID-19 por Região de Saúde no Pará, de 01/03/2020 a 21/10/2021.....	38
FIGURA 2: Boletim Oficial da SEMSA Itaituba – PA.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA ORIENTAÇÃO E DA SUPERVISÃO.....	16
1.1 ABORDAGEM TEÓRICA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL.....	16
1.2 ABORDAGEM TEÓRICA DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL.....	22
1.3 AS NOVAS CONCEPÇÕES DA ATUAÇÃO DO TÉCNICO EDUCACIONAL.....	27
2 DESAFIOS DO TÉCNICO EDUCACIONAL NA PANDEMIA DA COVID-19.....	34
2.1 COVID-19.....	34
2.2 A ESCOLA NA PANDEMIA.....	41
2.3 DESAFIOS DO TÉCNICO DURANTE A PANDEMIA.....	44
3 ATUAÇÃO DO TÉCNICO EDUCACIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: ANÁLISE EM CINCO ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA – PA.....	49
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA.....	49
3.1.1 EMEF Professora Maria Oliveira de Mendonça.....	49
3.1.2 EMEF Padre José de Anchieta.....	50
3.1.3 EMEF São Tomé.....	50
3.1.4 EMEF Magalhães Barata.....	51
3.1.5 EMEF Joaquim Caetano Corrêa.....	52
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	53
3.3 RESULTADO E ANÁLISE DA PESQUISA.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	65
APÊNDICES.....	71

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia intitulado - “Atuação do Técnico Educacional em Tempos de Pandemia: Análise em cinco escolas públicas do Município de Itaituba – PA.” tem por objetivo analisar os desafios do trabalho do Técnico Educacional no contexto da pandemia do COVID-19. Diante disso, fez-se uma análise da atuação desse profissional com o intuito de conhecer um pouco mais sobre seu desempenho, principalmente no surgimento da pandemia.

Para tanto, é necessário que se defina o Técnico Educacional como o profissional que atua na parte técnica da escola. Em outras palavras, esse especialista foi criado pela junção entre orientador e supervisor com a missão de lidar diretamente com questões relacionadas a alunos e professores, respectivamente.

No surgimento da orientação, a incumbência dessa função era de inteira responsabilidade do Orientador Educacional, que trabalhava com problemáticas relacionadas a aprendizagem, comportamento e família. Não muito longínquo dessa realidade, o supervisor por sua vez sempre exerceu o direcionamento aos professores, orientando e promovendo a padronização do trabalho exercido por eles.

Nos dias atuais o Técnico Educacional está um pouco além do tradicionalismo, ou seja, perpassou o trabalho mecânico e chegou ao patamar de assumir outros papéis que até se assemelham a outras áreas, como por exemplo, a psicopedagogia. Nesse contexto, o Técnico Educacional se tornou um profissional crítico e reflexivo, atuando como um objeto de ligação entre família, escola e comunidade.

Desse modo, justifica-se indispensável conhecer a atuação desse profissional que, tem a sobrecarga de trabalho como um dos maiores desafios, bem como a missão de lidar diretamente com questões relacionadas a família e escola. Ademais, a análise e compreensão do trabalho do técnico, possibilita também contribuir para o desenvolvimento das relações entre família e escola, tão importantes para o progresso do alunado.

As questões norteadoras desse estudo foram: Quais os desafios do Técnico Educacional em tempos de pandemia? De que modo o Técnico Educacional tem desenvolvido seu trabalho no contexto da pandemia? Quais os avanços e retrocessos da escola no período da pandemia do coronavírus?

A metodologia empregada para a edificação dessa monografia, consistiu em uma abordagem qualitativa, desenvolvida em duas ocasiões. Em primeiro momento, embasou-se em uma pesquisa bibliográfica, utilizando os seguintes autores: Brasil (2020), Costa e Nascimento (2020), Costin et al (2020), Martin et al (2020), Martins e Almeida (2020), Oliveira et al (2020), Pádua e França-Carvalho (2020), Santos e outros (2021). Por conseguinte, aplicou-se um questionário com perguntas objetivas e subjetivas a cinco Técnicos Educacionais de escolas periféricas do município, afim de explorar a parte subjetiva dos profissionais, bem como equiparar realidades diversificadas.

Em suma, o trabalho estará dividido em três capítulos, com abordagens diferentes em cada um. No primeiro capítulo faz-se uma abordagem histórica, conceitual e legislativa das áreas de Orientação e Supervisão Educacional, com o objetivo de expor suas metodologias de trabalho. Ainda no capítulo inicial será realizada uma explanação acerca das novas concepções do Técnico Educacional, tratando com enfoque maciço as novas atividades englobadas em sua área de atuação.

No capítulo seguinte, onde fala do trabalho do técnico na pandemia do COVID-19, sucederá uma abordagem sobre a pandemia do coronavírus, tratando também do desenvolvimento da escola nesse período, e trazendo à tona mais uma vez o trabalho do técnico, com os desafios vivenciados por ele no desenvolver da calamidade sanitária. Por fim, o último capítulo, abordando a parte prática do trabalho por meio da visão dos profissionais que suportaram cotidianamente a opressão do “vírus silencioso” em meio ao desenvolver de suas atividades nas escolas do município.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA ORIENTAÇÃO E DA SUPERVISÃO

1.1 ABORDAGEM TEÓRICA DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Desde priscas eras, emergia na sociedade um modelo de organização que visava a instrução dos seus ascendentes para a preservação dos moldes de vida tradicionais. Dessa forma, a educação tornou-se uma ferramenta imprescindível no âmbito familiar, ligada diretamente à dedicação, à motivação, ao afeto e, mais importante, ao instinto de sobrevivência. Assim, esse papel de orientação para a atuação em sociedade sempre foi instituído aos mais velhos da comunidade, tendo em vista sua vasta experiência de vida.

Nessa concepção, esse preparo era primeiramente exercido de uma maneira totalmente coloquial no seio familiar pelos pais ou por outra pessoa a quem tivesse capacidade de exercer uma orientação mediante suas habilidades e/ou demais condições. Mais adiante esse preparo se tornava mais culto e específico via educandário, pois a mudança de ação educativa para ação instrucional, visava formar o indivíduo como um ser correto e atuante no meio social.

Segundo Giacaglia e Penteado (2010, p. 4), “devido ao desligamento parcial da educação do recinto familiar, com vistas progressivas no âmbito escolar, tornou-se necessário centralizar essas atividades para a instrução”. Assim, devido à essa exteriorização, a ação educativa dos indivíduos passou a ser focalizada integralmente nos requisitos determinados pela coletividade, extinguindo em parte o caráter afetivo que exercia a orientação educacional informal no meio familiar.

Assim sendo, à medida em que a sociedade avançava, as representações educacionais se modificavam conforme era conduzida e seus episódios marcantes eram emergidos. Nesse sentido, devido ao advento da Revolução Industrial, notou-se o maciço êxodo rural, povoando significativamente a zona urbana por meio de pessoas em busca de empregos nas indústrias, o que dificultou o maior cuidado com a educação das crianças. (GIACAGLIA e PENTEADO, 2010).

Para Batista (2010, p. 10), “a história e o conceito de OE, passa em toda a sua existência por diversas reestruturações consolidadas em decorrência das alterações sociais, políticas e econômicas da sociedade”. Com tudo isso, o modelo educacional vigente na época necessitava de uma nova incorporação baseada nos preceitos sociais vividos por uma população decadente de instruções curriculares.

Conforme Giacaglia e Penteado (2010), nos moldes da OE, assumia-se um papel vocacional em relação ao aluno com vistas à profissionalização, posteriormente sendo emergida nos EUA, com ambas peculiaridades fundidas. É nesse sentido que a OE passa a ser espargida para outras nações com o intuito de formar indivíduos habilitados e capacitados para lidar com as novas formas de trabalho.

Os Estados Unidos foram os precursores da orientação educacional. Nesse país havia o propósito de preparar os alunos para escolha de uma profissão. Assim a OE inicia sua trajetória em 1895 em São Francisco com Frank Parsons. Ele foi o responsável por apresentar ao mundo a OE e também introduziu a orientação profissional nas escolas públicas de Boston, em 1909. A vertente da orientação Educacional era a orientação profissional, a qual, por sua vez não se reduzia a escolha de uma profissão, mas a aptidão necessária para exercê-la com competência. (BATISTA, 2010, p. 10).

Por esse ângulo, é evidente que a OE desabrochou de concepções educacionais já existentes que foram responsáveis, a princípio, por favorecer o desenvolvimento do sistema educacional antes da grande Revolução Industrial e de todos os seus impactos na sociedade. Desse modo, analisando as fases da OE é possível destacar momentos ímpares dessa construção como o realismo educacional, ligado a atividades de práxis, o caráter instrucional e por fim o que os autores chamam de caráter terapêutico.

A caracterização da OE ao longo de sua história foi desenvolvida por fases, considerando como marco principal o contexto social de cada época. “A evolução histórica da orientação educacional se manifesta em três tipos de desempenho. No início era corretivo, depois tornou-se preventivo, hoje é desenvolvimentista, ou seja, é voltado para ajudar no desenvolvimento pessoal.” (RIBEIRO et al., 1984, p. 39).

Diante disso, o movimento retificador assumido pela OE, buscava em sua essência o despertar para os moldes sociais conservadores, embora não tenha sido prolongado devido aos novos conceitos aplicados à sociedade. À luz da evolução, emergiu o modelo preventivo com maior enfoque na preparação para o mercado de trabalho com vistas a se basear na vocação. Já a relação desenvolvimentista diz respeito ao avanço nas áreas: física, moral social, artística, científica, política e religiosa como alvo principal do trabalho do orientador.

No que concerne a OE no Brasil, desde o surgimento foi baseada nos moldes americanos, com vistas a implantar o sistema de orientação, que assim como nos outros países surgiu como Orientação Vocacional/Profissional, embora não tenha

obtido tanto sucesso como nos pioneiros. Oliveira e Grinspun (2009, p. 51) afirmam que: “Os primeiros trabalhos nesse sentido são atribuídos ao engenheiro suíço Roberto Mange que, em 1924, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo tinha como objetivo selecionar e orientar a escola profissional de mecânica daquela instituição”.

Por outro lado, apesar de ter sido realizado alguns esboços com o professor Mange, não foi aí o verdadeiro alavancamento da OE no Brasil, que devido ao sistema político e suas legislações não concretizou totalmente as ideias. Interessante ressaltar, conforme os autores supracitados que, em 1922, o deputado Fidélis Reis apresentou um projeto que obrigava o ensino profissionalizante no País, que consequentemente não prosseguiu por falta de verbas para tal custo.

Nesse contexto, ainda um pouco mais tarde, o professor Lourenço Filho criaria o primeiro serviço de orientação profissional no país, na cidade de São Paulo. No entanto, esse modelo de orientação educacional, que era baseado no modelo norte-americano não vingou e foi obliterado. Assim, os estudiosos afirmam que o primeiro momento da orientação educacional de forma concreta no Brasil ocorreu por intermédio de outro nome da educação brasileira, com quebra de paradigmas.

O Primeiro Momento concreto da orientação Educacional nas escolas brasileiras ocorreu em 1934, da professora Aracy Muniz Freire que foi incumbida de modernizar a disciplina da escola comercial Amaro Cavalcanti no Rio de Janeiro. Esse dado é significativo, uma vez que no imaginário de alguns professores a função do orientador está associada a guarda da ordem e da disciplina na escola; isso é compreensível quando se observa a história e significa o que era esperado da escola no passado. (OLIVEIRA e GRINSPUN, 2009, p. 51)

Nesse sentido nota-se a visão periférica obtida pela classe docente a respeito do trabalho do orientador, ou seja, a figura desse profissional muito imaginada a uma incumbência de caráter disciplinatório e corretivo. No entanto, ao se aprofundar nas pesquisas acerca do surgimento desse especialista é constatado uma atuação com foco integralmente na parte social do aluno, isto é, pedagogicamente falando, no *currículo oculto*.

Assim, no que tange a ótica da formação da Orientação Educacional no Brasil, vislumbra-se de início um grande ensaio para o que mais tarde se tornaria realidade com os acontecimentos e legislações que poderiam impulsionar o surgimento efetivo da figura do orientador educacional em cenário nacional. Em primeira mão é notório

que as leis e os fatos marcantes da OE sempre foram instáveis, desde a primeira lei, na década de 1940, até a atual lei máxima da educação, LDB 9.394/96.

Na visão de Giacaglia e Penteado (2010), a OE aparece pela primeira vez na legislação federal brasileira em 1942, apesar de já ter sido exercida há mais de duas décadas nas escolas brasileiras. Nesse momento a OE surge nas descritas Leis Orgânicas do Ensino, com a obrigatoriedade da existência da OE nos educandários brasileiros como método para impulsionar a educação nacional, porém eivada de discrepâncias, dentre elas a ausência de profissionais para o provimento dos cargos de Orientador Educacional.

Em uma escala temporal, as autoras acima mencionadas descrevem as legislações que cercearam a OE durante aproximadamente cinco décadas, mencionando dentre os fatos mais excepcionais, o seu surgimento na década de 40 até o definhamento com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Assim, ao iniciar já pela década de 1950, houve uma grande preocupação das autoridades em preparar profissionais para o exercício na área, por isso foi realizado o primeiro concurso público para o provimento da demanda, embora sem muito prestígio já que contou com poucos participantes.

Já na década de 1960 o ponto a ser destacado foi a introdução da OE no ensino primário, por meio da então LDB 4.024/61, instituído pelo governo de João Goulart, datada como a primeira lei máxima da educação no Brasil. Importante ressaltar que nessa década surgiu também a lei 5.564/68 que, para Oliveira e Grinspun (2009, p. 53) estabeleceu as atribuições do orientador definindo os principais requisitos para o exercício da profissão.

Por conseguinte, no decênio de 70, a OE foi reafirmada pela Lei nº 5.692/71, na qual atingiu seu ápice legal durante todo o período de atuação da OE no cenário educacional brasileiro. Durante a análise das legislações que impulsionaram essa área da educação extremamente relevante para o desenvolvimento do sistema educacional nacional, as referidas autoras destacam em sua obra o principal ponto da LDB 5.692/71, que foi exatamente a obrigatoriedade da OE nas escolas, como diz o artigo 10 da referida lei: “Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade. ”

Da mesma forma, no início dos anos de 1980 o Brasil vivenciava ainda o ápice da OE, pois ainda se formavam orientadores, realizava-se ainda os congressos para

discussão de diversas temáticas a respeito disso e as associações ainda funcionavam a todo vapor. No entanto, mais tarde, as autoras descrevem que algumas peripécias começaram a surgir e afetar diretamente o ordenamento da OE no sistema educacional do país. Assim, dentre os principais estão o descumprimento da LDB 5.692/71 e a não realização de concurso público para o provimento de vagas em OE nas escolas e a criação da Lei Federal nº 7.044/1982 que teve por objetivo a inserção de disciplinas de caráter não profissionalizante nas grades curriculares, como Filosofia, Sociologia e Psicologia, o que foi um duro golpe aos orientadores educacionais tendo em vista a defasagem de sua área de atuação.

Assim, com a LDB 9.394/96, esse movimento que impulsionou a extinção da obrigatoriedade dos Or. Es. veio a sacramentar a inserção das disciplinas de Filosofia e Sociologia na década de 1990 até a atualidade, quando determina em seu artigo 35-A no § 2º: “ A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia”. Dessa forma, a nova lei máxima da educação nacional não prescreve a existência da OE nas escolas, embora apareça mencionada no artigo 64 definido os critérios para a atuação nas áreas de orientação, supervisão, administração, planejamento e inspeção.

Nessa concepção, mediante tudo o que se compreendeu sobre OE até o presente momento, é perceptível as diversas lidas que perpassou esse profissional juntamente com sua prática até as atuais legislações. Assim, ainda que a situação fosse instável, no que concerne à prática, esse especialista jamais deixou de exercer sua função na escola enquanto membro da equipe gestora, dando suporte a formação cidadã do aluno mediante a valorização do chamado “currículo oculto”.

Partindo desse princípio conceitual do orientador educacional e de sua *práxis educativa*, é relevante que se compreenda a OE dentro da escola, que pode ser definida como:

[...] um processo social desencadeado dentro da escola, mobilizando todos os educadores que nela atuam – especialmente os professores – para que, na formação desse homem coletivo auxiliem cada aluno a se construir, a identificar o processo de escolha por que passam, os fatores socioeconômicos-políticos-ideológicos e éticos que o permeiam e os mecanismos por meio dos quais ele possa superar a alienação proveniente de nossa organização social, tornando-se, assim, um elemento consciente e atuante dentro da organização social, contribuindo para sua formação. (PLACO, 1998, p. 30)

Dessa maneira o processo da tomada de decisão não parte do orientador simplesmente por exercer essa função de modo específico, mas observa-se uma participação coletiva na construção dessa identidade discente. Para tanto, o orientador educacional enquanto articulador do desencadeamento desse processo, age também como assessor do corpo docente, conhecendo desafios, potencialidades e conflitos na classe estudantil sempre com vista a trabalhar conhecimentos de caráter informal.

“Dessa forma, o orientador educacional deverá favorecer relações não só com os seus orientandos, mas com todos os agentes educativos.” (RIBEIRO; ANDRADE; PINTO, 1984, p. 39). É nessa atuação coletiva que constitui o funcionamento harmônico da edificação das relações interpessoais dentro e fora da escola, contribuindo para uma sociedade pautada nos preceitos instituídos constitucionalmente pela sociedade nas tomadas de decisões.

Já o orientador educacional dentro da escola, assim como fora dela é definido por Giacaglia e Penteado (2010) como um profissional técnico, da área de educação, pedagogo e possui habilitação em orientação educacional, atuando como elemento de apoio aos professores no diagnóstico de problemas e resolução de conflitos. Não muito longínquo, a Lei nº 5.564, de 21/12/1968 regulamentada pelo Decreto nº 72.846, de 26 /09/1973, traz em seus artigos 8º e 9º as atribuições desse profissional na legislação brasileira que vigora até a coetaneidade.

“Art. 8º. São atribuições privativas do Orientador Educacional:

a) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional em nível de:

1 - Escola;

2 - Comunidade.

b) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional dos órgãos do Serviço Público Federal, Municipal e Autárquico; das Sociedades de Economia Mista Empresas Estatais, Paraestatais e Privadas.

c) Coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-o ao processo educativo global.

d) Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando.

e) Coordenar o processo de informação educacional e profissional com vista à orientação vocacional.

f) Sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando.

g) Sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial.

h) Coordenar o acompanhamento pós-escolar.

i) Ministras disciplinas de Teoria e Prática da Orientação Educacional, satisfeitas as exigências da legislação específicas do ensino.

j) Supervisionar estágios na área da Orientação Educacional.

- l) Emitir pareceres sobre matéria concernente à Orientação Educacional.
 Art. 9º. Compete, ainda, ao Orientador Educacional as seguintes atribuições:
- a) Participar no processo de identificação das características básicas da comunidade;
 - b) Participar no processo de caracterização da clientela escolar;
 - c) Participar no processo de elaboração do currículo pleno da escola;
 - d) Participar na composição caracterização e acompanhamento de turmas e grupos;
 - e) Participar do processo de avaliação e recuperação dos alunos;
 - f) Participar do processo de encaminhamento dos alunos estagiários;
 - g) Participar no processo de integração escola-família-comunidade;
 - h) Realizar estudos e pesquisas na área da orientação Educacional. "
- (BRASIL, 1973)

Ao verificar o bojo da lei é perceptível que esse profissional ainda é regido por uma legislação arcaica, e que vigora até os dias atuais. Vale ressaltar os campos de atuação desse profissional, a escola primeiramente é o local que ele desenvolve apenas parte de seu trabalho, pois essas atribuições se constroem com a participação direta na comunidade, atuando com um elo de ligação entre escola-comunidade, mais especificamente entre professores, alunos e pais, respectivamente.

Atualmente, por ainda ser uma atividade ainda pouco conhecida entre legisladores e comunidade, o trabalho do orientador educacional tem sido ignorado ou até mesmo confundido com o do coordenador pedagógico, sobrecarregando-o com ambos exercícios. Assim, se torna ainda mais difícil para esse profissional exercer suas atribuições por completo, tendo em vista a constituição de paradigmas e legislações que aprisionam em atividades que poderiam ser divididas para dois profissionais com atividades pouco semelhantes.

1.2 ABORDAGEM TEÓRICA DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL

Assim como a classe estudantil sentiu a carência de uma profissional responsável por tomar as rédeas do desenvolvimento social e pedagógico de maneira a contribuir com o processo de ensino-aprendizagem, o professor por sua vez também possuiu a necessidade de ter um especialista que atuasse no auxílio direto ao desenvolvimento de seu trabalho pedagógico. É nesse contexto que emerge a figura do Supervisor Escolar, atuando diretamente com o professor, zelando não só pelo desenvolvimento harmônico das atividades dentro da classe, como também fora dela.

Nesse sentido cabe realizar uma reflexão acerca do trabalho desse profissional pouco conhecido dentro do sistema educacional, mas antes é mais importante ainda conhecer sua ação profissional. Afinal, o que é a Supervisão

Educacional? Como ela é desenvolvida e por quem? E em que ponto ela se difere da Orientação Educacional? São questionamentos que serão sanados com base em estudos focados na ação do supervisor ao longo da história da Supervisão Educacional.

Partindo do pressuposto conceitual, a palavra SUPERVISÃO na visão de Oliveira e Grinspun (2009, p. 5), “é composta pelo prefixo *super* (“sobre”) e pelo substantivo *visão* (“ação de ver”); assim, o significado da palavra é “olhar de cima”, no sentido de controlar a ação do outro. Desse modo, é notório o ato de controle no trabalho desse profissional, sendo um dos aspectos diferenciais do trabalho do orientador educacional.

Já na concepção de Bechara (2011), o significado de ‘SUPERVISÃO = SUPERVISIONAR = ato ou efeito de direcionar, inspecionar, orientar, controle de um trabalho ou uma atividade, seja de uma empresa, obra ou instituição. Nessa configuração, o supervisor em geral, é o profissional responsável pelo controle das atividades pedagógicas mediadas pelo professor em sala, proporcionando ao líder da sala, a aplicação de conteúdos e habilidades integralmente em concordância com a determinação do sistema educacional.

Historicamente, a ação supervisora sempre assumiu uma função de caráter controlador ou avaliativo, já que nas sociedades primitivas era sucedida de um acompanhamento necessário ao desenvolvimento harmônico das atividades. Nessa concepção, estudiosos afirmam que a supervisão surge na sociedade como uma atividade que se desenvolvia com perpasso dos períodos históricos, incorporando em cada um deles características ainda mais semelhantes com o que se conhece hoje sobre supervisão.

Na antiguidade, a ação supervisora era percebida como a vigilância, praticada por nobres e sacerdotes, em relação à vida escolar. Na Grécia antiga, a ação supervisora consistia no acompanhamento, realizado por especialistas, do funcionamento dos espaços escolares. Na idade moderna, surgiu o inspetor de ensino, que avaliava as tarefas pedagógicas do professor. O inspetor técnico apareceu com a revolução francesa, e tinha como função promover o progresso educacional e vigiar a atividade do professor, visando o melhor desempenho do docente. (OLIVEIRA e GRINSPUN, 2009, p. 5).

Nessa breve descrição da evolução da ação supervisora é notável que o trabalho desse profissional sempre esteve associado à avaliação de desempenho, já que era uma forma de incentivar a produção de forma desejável aos sistemas de cada

sociedade descrita. Importante destacar ainda que a supervisão se iniciou como um instrumento de organização embora, adotada na dimensão extra educandário, ou seja, o capitalismo e as relações de poder podem ter contribuído significativamente para esse advento.

Segundo Lima (2008), antes da busca por um melhor desempenho da tarefa educativa na escola, a supervisão eclodiu com a industrialização, com vista a sofisticar a produção, tanto de forma qualitativa quanto quantitativa. Na retomada do raciocínio, já no final do século XIX a preocupação está centrada nas instituições com responsabilidade de formação de condutas, como meio de aferição da eficiência de ensino.

No Brasil, a Supervisão Educacional teve diversos avanços e retrocessos ao longo da história da educação, desde a atuação dos primeiros professores com atuação formal, os jesuítas, o ato de inspecionar era corriqueiro nas atividades educacionais tendo em vista a rigurosidade do ensino. “A Supervisão inicia então a sua ação nas instituições educacionais, porém ainda com toda a filosofia dos jesuítas, cujo o objetivo era o controle, a dominação e a reprodução de uma estrutura social já devidamente delineada.” (OLIVEIRA; CORRÊA, 2011, p. 34-35).

Mediante esse aspecto evolutivo, a supervisão educacional se destaca no cenário educacional brasileiro em meados de 1970 por meio da Reforma Francisco Campos – Decreto-Lei nº 19.890 de 18/04/1931, admitindo de vez o caráter supervisivo ao invés de monitoramento simplificado. (LIMA, 2008). Inicia-se aí uma longa trajetória da supervisão até os dias atuais, com a função de visão sobre todo o processo.

Na visão de Carlos e Lodi (2012), devido a criação do Programa Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar (PABAE), responsável pela instrução de profissionais supervisores, foi que a supervisão escolar emergiu no contexto educacional brasileiro. De certo, o denominado “estopim”, é formado com a criação desse programa, que por sua vez foi uma novidade, tendo em seu bojo uma verdadeira reforma educacional.

Durante os anos de 1953 a 1963, Oliveira e Corrêa (2011, p. 39) afirmam que “foi nesse período que a primeira turma de supervisores escolares foi formada para poder atuar no ensino elementar brasileiro, formação realizada por meio dos cursos de aperfeiçoamento que se expandiram pelo Brasil”. Nesse contexto, na despontada

do Regime Militar, a supervisão assume novamente um caráter controlador devido a Lei nº 4.024, de 20/12/1961, que enfatiza em nos artigos:

Art. 52. O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância. **Art. 65.** O inspetor de ensino, escolhido por concurso público de títulos e provas deve possuir conhecimentos técnicos e pedagógicos demonstrados de preferência no exercício de funções de magistério de auxiliar de administração escolar ou na direção de estabelecimento de ensino. (BRASIL, 1961, p.10-11)

Assim, mediante esse cenário legalista que foi assumindo a supervisão educacional, surge a Lei 5.692/71 com novas diretrizes nessa ação supervisora, afirmando que a formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação será feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação.

Este profissional passa a ter maior responsabilidade em sua área de atuação, pois seu ramo está subdividido em duas áreas de atuação, fiscalização administrativa e assistência técnico-pedagógica. Assim, embora tenha assumido papel de destaque até então, o supervisor já da década de 80 sofre duras críticas por conta da supervisão escolar baseada em uma concepção funcionalista no processo educacional.

“A visão funcionalista enfatizava a necessidade e a importância da definição dos papéis a serem desempenhados pelos elementos que integravam a instituição”. (LIMA, 2008, p. 77). Nessa visão, a supervisão estava focada em um caráter transformador, na qual visasse o ensino baseado nas concepções evolutivas e dinâmicas, com vistas a controlar a ação pedagógica e demais fins de mediação.

No entanto, a realidade vertical da sociedade apontou que o trabalho do supervisor estava muito além de um famigerado tecnicismo imposto pelo regime de 1964. Assim, chegasse-se na década de 90 com a imposição de novas diretrizes pela Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996 tipificando no Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Assim, a supervisão incorporou uma ação baseada na filosofia do diálogo.

Coube assim a supervisão Educacional, em seus diversos níveis de atuação, promover o diálogo e ampliar cada vez mais a possibilidade infinita de desenvolvimento Educacional, em busca de uma sociedade mais justa e equilibrada. Esta é gerada por meio da aquisição do conhecimento e da Liberdade coletiva de se organizar e promover o bem comum, respeitado e fazendo respeitar os direitos de todos. (OLIVEIRA; CORRÊA, 2011, p. 47-48)

Nesse sentido, o profissional da supervisão tornou-se encarregado dessa promoção do diálogo dentro da comunidade escolar. Importante destacar que o Supervisor Educacional teve sempre em sua essência o trabalho que visasse a qualidade do processo de ensino aprendizagem por meio da inspeção do exercício docente. Diante disso, essa busca por uma sociedade mais justa e equilibrada sempre foi baseada na parceria da comunidade e escola, tendo a família como projeto basilar no desenvolvimento social do indivíduo.

Em suma, devido ao conceito repensado de educação no início da década de 90, a escola torna-se um espaço de aprendizagem mútua, na qual nem o professor e, tampouco o supervisor são detentores do conhecimento, ou seja, alunos, docentes e gestão aprendem juntos uns com os outros de forma concomitante. Nesse prisma que o papel do supervisor foi modificado a partir dos anos 2000, tendo em vista a função de caráter integrador e não mais de inspeção e controladoria como visto no surgimento da Supervisão Educacional.

Partindo da atuação do Supervisor Educacional, pode-se afirmar que, mesmo com as diversas batalhas pela construção de uma identidade, esse profissional ainda não possui o devido reconhecimento ao qual merece. Assim, na visão de estudiosos das políticas educacionais o maior desafio está no ajuste de ideias por parte de representantes do poder executivo.

Em pleno século XXI, o profissional da Supervisão ainda busca a sua identidade profissional, mesmo depois de décadas de muitas e profundas mudanças políticas, em que cada troca de governo ou de comando todo o trabalho educacional era redimensionado, modificado, reiniciado ou mesmo impedido de ser realizado. Até quando era criativo demais e saía dos parâmetros convencionais, era rotulado como “revolucionário” e tinha de se adequar ao sistema imposto, pois a escola passava a ser cobrada pela própria sociedade na busca pelo “normal”. (OLIVEIRA; CORRÊA, 2011, p. 56).

Essa visão é que mostra com riqueza de detalhes que o profissional da Supervisão ainda é mantido, aparentemente, fora das prioridades e dos planejamentos educacionais. E, ainda que já se tenha avançado muito no sentido de

legitimar a Supervisão Educacional nos moldes educacionais contemporâneos, vislumbra-se ainda um especialista incompleto.

Mesmo com muitas lacunas a serem preenchidas pelos resultados das discussões educacionais, o supervisor da atualidade possui também suas nuances no campo político pedagógico. Nesse contexto, “percebe-se que o supervisor exerce um papel de liderança na escola. É ele um profissional que age pedagógica e administrativamente articulando o trabalho escolar.” (LAGAR *et al.*, 2012, p. 38).

De modo específico, o supervisor tem atribuições que evidenciam o poder de participação na administração como também no trabalho pedagógico.

- 1- *Analisar os indicadores educacionais das unidades escolares* e da Diretoria de Ensino buscando alternativas para a solução dos problemas específicos de cada nível/etapa e modalidade de ensino, propostas para melhoria do processo ensino/aprendizagem e da gestão das escolas e Diretoria.
- 2- Participar da construção e implementação do plano de trabalho da Diretoria de Ensino.
- 3- Compatibilizar os programas e projetos das diferentes áreas no âmbito das escolas da Diretoria de Ensino.
- 4- Efetuar regularmente visitas às unidades escolares e participar de reuniões com os membros da Equipe Escolar, buscando, em parceria com os mesmos, as formas mais adequadas de aprimoramento do trabalho escolar e a consolidação da identidade escolar.
- 5- *Identificar as necessidades de formação continuada da Equipe Escolar* das escolas estaduais, procurando, de forma articulada, subsidiar o trabalho desenvolvido pela oficina pedagógica e professores - coordenadores.
- 6- Manter as unidades escolares devidamente informadas sobre as diretrizes e orientações dos órgãos centrais da Secretaria da Educação.
- 7- *Acompanhar e subsidiar o diretor da escola* na identificação das necessidades gerais da escola.
- 8- Acompanhar o funcionamento das escolas verificando a observância das normas legais pertinentes. (grifo nosso) (SÃO PAULO, 2008. DOE de 12/04/2008 p. 27);

Perante o exposto, é evidente que o supervisor é o profissional da administração escolar, mas que atua diretamente com as questões pedagógica, é conhecedor das legislações educacionais e atua diretamente em prol da estabilização de conflitos dentro da escola. Em suma, o supervisor contemporâneo é aquele que exerce suas atribuições baseadas na legalidade, convocando os demais colaboradores para auxiliar nas situações em que for solicitado.

1.3 AS NOVAS CONCEPÇÕES DA ATUAÇÃO DO TÉCNICO EDUCACIONAL

Partindo do pressuposto das atividades exercidas pelo cargo de Técnico Educacional e pelas novas concepções que cerceiam essa atuação no sistema

público de educação, é necessário que seja feita uma abordagem categórica de forma a equiparar as ações desse profissional nas esferas Federal, Estadual e Municipal, respectivamente. Para tanto, serão utilizadas legislações de ambos os setores a fim de atingir o ponto específico dessa investigação o – setor Municipal – que adota a nomenclatura de Técnico Educacional para se referir às atividades de orientação e supervisão.

Nas repartições federais de educação, o profissional que inspeciona, organiza, seleciona, planeja e coordena atividades é o Técnico em Assuntos Educacionais (TAE).

O cargo de Técnico em Assuntos Educacionais (TAE), específico das Instituições Federais de Ensino (IFES), exige a graduação em Pedagogia ou Licenciatura em outra área do conhecimento como requisito de ingresso. A formação pedagógica do profissional e a natureza do cargo possibilitam o exercício de atividades de coordenação, planejamento, avaliação, entre outras, a fim de contribuir para o desenvolvimento do processo educativo. (SANSEVERINO; GOMES, 2017, p. 477)

Dessa maneira por ser um profissional com nomenclatura específica ao sistema federal de ensino, é perceptível a inserção da palavra “assuntos”, que vem do latim *assumptus.a.um.*, ou seja, pressupõe que se trata de uma problemática com teor mais elevado, como dispõe o significado da expressão. Assim sendo, em comparação ao trabalho dos profissionais de Orientação e Supervisão, é possível identificar a semelhança nos papéis desempenhados pelos mesmos, ainda que em contextos divergentes.

Na visão de Rosa, Oliveira e Esteves (2018), por meio da criação do Plano de Cargos e Salários (PCC), na década de 1970, foi instituído o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais. Destaca-se ainda que no surgimento dessa profissionalização, os requisitos básicos para ingresso nessa área era o diploma de bacharel em Pedagogia, não excluindo os cursos de Psicologia, Filosofia, Ciência Sociais e Educação Física.

A criação do PCC foi instituída pela Lei Federal nº 5.645 de dezembro de 1970, e teve como objetivo principal estabelecer diretrizes para cargos civis da União e autarquias federais e dá outras providências. No bojo da Lei, mais especificamente no Art. 2º, Inciso IX, classifica a categoria de enquadramento do TAE como “Outras atividades de nível superior”.

Art. 1º A classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais obedecerá às diretrizes estabelecidas da presente lei.

Art. 2º Os cargos serão classificados como de provimento em comissão e de provimento efetivo, enquadrando-se, basicamente, nos seguintes Grupos: [...] IX - Outras atividades de nível superior; (BRASIL, 1970)

Essa legislação foi o marco inicial para a criação desse especialista em educação nas esferas federais, embora tenha surgido posteriormente algumas normativas pertinentes ao cargo de TAE. Importante destacar que esse profissional, até então, atuava somente nas esferas federais, ou seja, no nível de educação superior.

Em 2005, a Lei nº 11.091 em vigência, criou o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) e os requisitos para ingresso nos cargos de TAE foram alterados, se tornando obrigatório a graduação em Pedagogia ou em outras áreas do conhecimento acrescida de especialização. (ROSA; OLIVEIRA; ESTEVES, 2018). Dessa forma, a normativa concedeu espaço para se considerar as especificidades de cada área de atuação, acarretando um emaranhado na atuação desse profissional.

Conforme a legislação supracitada, o cargo de TAE, se encontra descrito da seguinte forma no âmbito federal:

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:

Coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO: Planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento do mesmo e criando ou modificando processos educativos em estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional, para proporcionar educação integral aos alunos; elaborar projetos de extensão; realizar trabalhos estatísticos específicos; elaborar apostilas; orientar pesquisas acadêmicas; utilizar recursos de informática; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005, p. 50).

Perante o esboço construído pelo regulamento, a atividade do TAE é baseada no âmbito de coordenação, planejamento e orientação de forma genérica, o que se assemelha com a atuação dos precursores das atividades de desenvolvimento pedagógico e estruturação do processo de ensino aprendizagem. À vista disso, é possível concluir que o TAE ultrapassa funções administrativas e, embora sua colaboração seja imprescindível para o funcionamento do sistema educacional, o

cotidiano revela que esse profissional ainda é desconhecido por sua essência enquanto elemento de apoio nas IFESs.

No âmbito do sistema educacional estadual, o profissional que exerce a função de suporte pedagógico docente é tipificado pela legislação estadual como o Especialista em Educação, ou seja, é responsável pela orientação, supervisão, planejamento, inspeção, direção, coordenação exercidas na educação base. Desse modo, a nomenclatura pode ser diferente, todavia as características são praticamente idênticas, embora atuem em esferas diferentes na sociedade.

Considerando a legislação do estado do Pará, verifica-se a o Especialista em Educação como um profissional do magistério que com o passar do tempo incorporou em seu bojo a junção das expressões “técnico-pedagógico” para se referir ao seu campo de ação. Desse modo, pressupõe-se que a responsabilidade pela nomenclatura de “Técnico Educacional” tenha partido das esferas superiores ao município foco da pesquisa.

Nessa concepção, o Art. 3º do Decreto nº 2.403/1997, tipifica no *caput*, os profissionais que constituem o Magistério do Sistema de Ensino do Estado do Pará, enfatizando a figura do profissional da Orientação e Supervisão, sem a atual nomenclatura.

Art. 3º - Integram o Magistério do Sistema de Ensino Fundamental para fins do disposto neste Decreto, os profissionais lotados em Unidades Escolares que estejam no efetivo exercício de docência, bem como aqueles que se encontrarem no desempenho das funções de Direção, Vice Direção, Administração Escolar, Supervisão e orientação Educacional e que constituam suporte técnico-pedagógico direto àquelas atividades. (PARÁ, 1997)

De acordo com a normativa, é notório que até esse momento o especialista em educação ainda não era visto pela terminologia utilizada atualmente, embora já se conhecesse suas atribuições. Cabe destacar que esse profissional sempre torna evidente a figura de um elemento de apoio da escola, não apenas como um administrador, mas como um consultor pedagógico que alvejava professores e alunos no desenvolver de suas funções.

No que tange a formação do especialista em educação, a Resolução nº 001 de 05 de janeiro de 2010, no Art. 146, afirma que os profissionais que compreendem a gestão educacional devem possuir licenciatura plena em Pedagogia e/ou em outras licenciaturas, baseados na Resolução CNE/CP nº 01/2006. Em outras palavras, esse

educador deve, pois a lei ainda é vigente no estado, além de ser pedagogo, possuir especialização em área destinada a gestão escolar.

Importante frisar que até a criação dessa resolução estadual, os legisladores não haviam declarado nomeação ao profissional da gestão. Com a criação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará (PCCR), enfatiza de vez a criação do cargo de Especialista em Educação, como dispõe o Art. 2º da referida lei:

Art. 2º Para efeito desta Lei, entendam-se integrantes do Quadro Permanente dos Profissionais da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará os seguintes cargos:

I - Professor;

II - *Especialista em Educação*;

III - Auxiliar Educacional;

IV - Assistente Educacional. (grifo nosso) (PARÁ, 2010)

Para efeito de lei, o cargo efetivo de Especialista em Educacional aparenta ter sido uma conquista para a profissão por meio da caracterização deste, que até então não era muito destacado pela comunidade escolar. Ademais, o PCCR foi além das expectativas desse profissional, tendo fichado as atribuições e requisitos para ingresso nessa área de atuação no Anexo I da disposição.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

Implementa a execução, avalia, coordena a construção ou reconstrução do projeto pedagógico de educação básica com a equipe escolar;

Viabiliza o trabalho pedagógico coletivo e facilita o processo comunicativo da comunidade escolar e de associações a ela vinculadas;

Gerencia, planeja, organiza e coordena a execução de propostas administrativo-pedagógicas, possibilitando o desempenho satisfatório das atividades docentes e discentes. DESCRIÇÃO DETALHADA: Elabora, participa e executa estudos, pesquisas e projetos pertinentes à sua área de atuação; Participa da elaboração do currículo e calendário escolar;

Incentiva os alunos a participarem de concursos, feiras de cultura, grêmios estudantis e outros; Coordena conselho de classe; Coordena as atividades de integração da escola com a família e a comunidade. Trabalha a integração social do aluno. (PARÁ, 2010).

Mediante as funções descritas pela legislação, o especialista em educação atua não só dentro da escola com a classe docente e alunos, mas desenvolve também a função de agente social dentro da comunidade escolar se tornando uma ferramenta imprescindível no diálogo estabelecido entre escola e família. Nesse sentido é que está o diferencial, uma vez que ao ser inteiramente engajado nas questões sociais,

esse profissional é capaz de contribuir para o processo de tomada de decisões dentro do âmbito educacional, já que é conhecedor de ambas as realidades.

Na esfera municipal, o profissional que desenvolve a função do especialista é o Técnico Educacional que atua conforme a legislação do município. Cabe destacar que a nomeação dos profissionais que exercem tal função, pode ser diferente em outras regiões do país, não se tipificando uma terminologia no geral. Dessa maneira, o Técnico Educacional, ou simplesmente Técnico é o profissional que atua no município de Itaituba – Pará como o profissional da gestão que atua na escola e fora dela com o intuito de simplificar e aprimorar o processo de ensino e aprendizagem.

Ao analisar a legislação que trata sobre os profissionais da educação municipal, é perceptível que a figura do Técnico Educacional foi recentemente inserida nos textos legal, já que em comparação às esferas superiores encontra-se aproximadamente um século de uso. No PCCR é possível encontrar esse profissional no Grupo Ocupacional dos Profissionais do Magistério, tendo o professor incluído na mesma categoria. Além disso, frisa no Art. 9º da mesma, os requisitos mínimos para o exercício da função em âmbito municipal.

Art.9º Para atuar como Técnico Educacional na Educação Infantil e Ensino Fundamental será exigido curso de graduação em pedagogia com habilitação em Administração Escolar, Supervisão Escolar ou Orientação Educacional, em nível de graduação ou especialização, sendo o ingresso no cargo por via de concurso público, observado o disposto na LDB, Art. 67, § 1º. (ITAITUBA, 2012, p. 7)

Dado o exposto, é importante se ater aos detalhes que a lei utiliza para caracterizar esse campo de atuação, realizando a junção de dois profissionais com alvos diferentes. Nesse sentido, o Técnico é o profissional da escola que agrega o corpo gestor, exercendo atividades de cunho administrativo e técnico-pedagógico ao que estiver previsto em suas atribuições conforme a legalidade. É ele também, em tese, o profissional que deve dominar o conhecimento das legislações que regem o sistema educacional, não só no município como também nas esferas superiores.

Assim, de acordo com a Lei Municipal nº 2.649/2013 que altera o Art. 96, § 1º do Plano de Cargo Carreira e Remuneração da localidade em questão, impõe 40 (quarenta) competências ao Técnico Educacional, dentre as principais estão:

Planejar coordenar efetivar acompanhar e avaliar junto a equipe pedagógica e demais profissionais da comunidade escolar execução de projetos educacionais, realizado a função social da escola através do rendimento do

processo ensino-aprendizagem dando ao aluno a possibilidade de elaborar e apropriar-se do sistematizado.

Refletir e encaminhar discussões das atividades e programas junto à comunidade escolar processo de articulação das ações musculares mediando e intervindo para que o aluno em sua realidade seja foco permanente de reflexão das práticas educativas.

Participar da coordenação da ação do coletivo da unidade educativa redimensionando qualificar a mente a relação entre alunos professores e direção equipe pedagógica família funcionários serviços especializados programas especiais projetos estágio de diferentes áreas entre outros. (ITAITUBA, 2013, p. 12)

Diante disso tudo, presume-se que o Técnico Educacional é um profissional indispensável no funcionamento e organização da escola, colaborando com a gestão, professores, pais e alunos. Nessa ótica, ao examinar os instrumentos legais que regem sua atuação, fica claro que esse profissional parece ainda estar em busca de uma identidade própria no que concerne sua atuação.

Importante ressaltar também, que o PCCR instituído em 2006, o primeiro do município, fazia menção ao Orientador Educacional e ao Supervisor Educacional, como profissionais distintos, no entanto, nota-se já na nova lei de 2012 que houve a junção de ambas funções para o cargo de Técnico Educacional, e embora exerça a mesma função, as leis não justificam a mudança ocorrida e, nem mesmo quais foram os impactos da renovação.

Em suma, no que cabe a atuação desse profissional na contemporaneidade, é notório que é exercido uma função de comando no espaço escolar, já que a gestão e a classe docente, assim como a comunidade veem nesse especialista um papel de integração baseado em um diálogo transformador. Assim, é extremamente importante que haja na escola um ambiente que cative o funcionamento harmonioso do relacionamento interpessoal entre educadores, pais e alunos, para que a integração exercida pelo técnico seja também uma forma de estreitar laços afetivos, contribuindo para uma educação de qualidade pautada no pleno exercício da cidadania.

2 DESAFIOS DO TÉCNICO EDUCACIONAL NA PANDEMIA DA COVID-19

2.1 COVID-19

Às vésperas da passagem de ano, mais especificamente em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS), recebeu um alerta sobre casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Na ocasião foi constatado uma variante do coronavírus até então desconhecida pela comunidade científica, ainda não identificada em seres humanos e que tinha rápido poder de proliferação. Importante ressaltar que o novo coronavírus é uma *cepa*, isto é, um tipo novo de um vírus que já existia.

Antes de adentrar com maior ênfase na narrativa do coronavírus, o COVID-19, é necessário compreender conceitos básicos de Biologia molecular, isto é, a figura por trás desse envolto que modificou o mundo até os dias atuais, o vírus. Nesse sentido, os cientistas definem esse patógeno como um parasita que atua na infecção das células, se reproduzindo de forma acelerada e com grande capacidade de infecção e transmissão.

Os vírus são partículas acelulares constituídos de um fragmento de DNA ou RNA envolto de uma capsula proteica, o capsídeo; é um parasita intracelular obrigatório que costuma infectar células humanas ou animais para se reproduzir e continuar sua propagação. Estes têm alto potencial de variabilidade genética, surgindo assim novas variedades de vírus muito rapidamente. Ao longo da história epidemiológica das doenças virais, podemos destacar os grandes agravos à saúde da população provocados pela Varíola, Febre Amarela, Sarampo, Dengue, Zika e a Chikungunya. As gripes provocadas pelos vírus *Influenza* (H1N1, H3N2, Influenza B) também levaram vários indivíduos a quadros clínicos graves em especial pessoas mais idosas e crianças que apresentam a imunidade mais vulnerável. (NOGUEIRA; SILVA, 2020, p. 116).

Nessa ótica, o vírus é um elemento biológico com a habilidade de enfraquecer o sistema imunológico atacando as células e suas linhas de defesa para reprodução e propagação em massa. Ainda convém lembrar nessa perspectiva que os vírus podem sofrer mutação, tornando dificultoso a possibilidade de combate por meio de antibióticos já existentes no mercado. Por esse motivo que o vírus Sars-cov-2, nomenclatura atribuída pelo Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus, ganhou notoriedade no ramo das pesquisas científicas sobre patógenos, tendo em vista sua ramificação de um vírus já existente, porém com maior letalidade.

Ao analisar o contexto histórico da doença, autores e cientistas são enfáticos ao declarar data e local do surgimento do agente causador de mais de 6 milhões de óbitos, até presente momento, de acordo com dados da OMS.

A COVID-19 é uma doença infectocontagiosa causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), do inglês severe acute respiratory syndrome-associated coronavirus. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 31 de dezembro de 2019, em Wuhan, na China, foram descritos os primeiros casos de pneumonia causada por um agente desconhecido e reportados às autoridades de saúde. No dia 7 de janeiro de 2020, [...] o sequenciamento do genoma viral e no dia 12 de janeiro, a China compartilhou a sequência genética com a OMS e outros países através do banco de dados internacional Global Initiative on Sharing All Influenza Data (GISAID). Desde então, os casos começaram a se propagar rapidamente pelo mundo, inicialmente pelo continente asiático, havendo relatados na Tailândia, Japão e Coreia do Sul nos dias 13, 15 e 20 de janeiro, respectivamente. Em seguida, o vírus foi importado para outros países e continentes. No dia 23 de janeiro, os primeiros casos da doença nos Estados Unidos da América (EUA) foram registrados. (BRITO; et al., 2020, p. 55).

Até o momento descrito, o vírus já havia se propagado nas regiões mais longínquas da República Popular da China, como nos EUA e posteriormente países da América do Central e América do Sul. No Brasil, por exemplo, a manifestação dos casos foi se iniciando nos grandes centros comerciais como as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro devido à grande circulação de pessoas estrangeiras e, também a residentes no país que tinham ido ao exterior e mantiveram contato com países que já entravam em colapso sanitário.

De acordo com Martin (2020), em 26 de fevereiro de 2020, o primeiro caso registrado em São Paulo foi de um homem de 61 anos que havia viajado para a Itália. A partir desse momento se espalhou por todos as regiões do estado epicentro da doença e demais unidades da federação o que ocasionou em alguns meses um verdadeiro colapso da saúde pública já defasada de outras ocasiões. A situação sanitária era complexa com as altas taxas de infecção e mortalidade oriundas da COVID-19.

Para se ter uma ideia, ainda de acordo com a fonte supracitada, após 6 meses do surgimento, a COVID-19 atingiu 216 países, sendo o EUA de todos o mais afetado contabilizando aproximadamente 120 mil óbitos causados direta e indiretamente pela virose. No entanto, ao analisar situação do Brasil em comparação aos outros países que já estavam há mais tempo sendo castigados pelo COVID-19, só fica atrás dos EUA em quantidade de mortes e números de casos.

Tabela 1 - Distribuição do número de casos e óbitos no mundo

PAÍS	Nº Casos	Nº Óbitos	% Letalidade
EUA	2.241.188	119.453	5,3
Brasil	1.067.579	49.976	4,7
Rússia	592.280	8.206	1,4
Índia	425.282	13.699	3,2
Reino Unido	304.335	42.632	14
Espanha	246.272	28.323	11,5
Itália	238.499	34.634	14,5
França	154.567	29.571	10,1
China	85.018	4.646	5,5
Outros Países	3.505.321	164.171	4,7
TOTAL NO MUNDO	8.860.291	495.311	74,9

Fonte: Adaptado de Martin et al. (2020, p. 18). *Dados de 22/06/2020.

Para compreender melhor a doença, o Ministério da Saúde do Brasil elaborou um documento chamado de Protocolo de Manejo Clínico com o intuito de informar e atualizar o Sistema Único de Saúde (SUS), com relação à procedência em situações suspeitas de infecção por Covid-19. Dentre os objetivos, listados no protocolo estão:

Geral

- Orientar a Rede de Serviços de Atenção à Saúde do SUS para atuação na identificação, na notificação e no manejo oportuno de casos suspeitos de infecção humana por SARS-CoV-2 de modo a mitigar a transmissão sustentada no território nacional.

Específicos

- Atualizar os serviços de saúde com base nas evidências técnicas e científicas sobre o tema.
- Orientar os profissionais de saúde quanto ao manejo clínico da infecção humana pelo novo coronavírus.
- Apresentar os fluxos de manejo clínico e operacional da Covid-19 com ênfase nos serviços de atenção especializada (urgência e emergência hospitalar e não hospitalar). (BRASIL, 2020a, p. 7).

Até então, é notável que o documento tinha um caráter inteiramente informativo, tendo em vista as poucas informações sobre a doença a respeito do contágio, sintomas, tratamento e prevenção. Outro fator que motivou a construção desse escrito foi a tentativa de conscientizar a população a tomar as devidas precauções durante o período pandêmico já declarado, embora parcelas tenham

desconsiderado tais medidas por questões sociais, políticas, religiosas e econômicas, principalmente.

Ainda assim, diversas pessoas e organizações lutaram cessantemente para atenuar a propagação do vírus, por meio de publicações nas redes sociais, escritos científicos, discursos e demais meios de comunicação em massa, tudo com o objetivo de informar, atualizar e exortar. Nesse contexto, baseados na OMS e demais órgãos, foi de fato constatada a gravidade de um vírus que não escolhe, idade, sexo, cor, situação financeira, religião ou opção política para se instalar e debilitar o sistema imunológico com alta carga viral de forma coordenada.

“Nessa concepção, a COVID-19 é uma doença que tem um alto poder de contágio visto que é transmitido de pessoa a pessoa por gotículas respiratórias contaminadas com o vírus, principalmente ao momento de espirros ou tosse. ” (NOGUEIRA; SILVA, 2020, p. 120). Por esse motivo os esforços foram gigantescos, tomando como medida principal o distanciamento social e também a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

Na visão de BRITO; et al. (2020, p. 59), “A pandemia da COVID-19 representa o maior desafio global deste século XXI até agora. É a primeira vez que um vírus alcança proporções alarmantes, acometendo todos os continentes”. Os dados são alarmantes no cenário mundial, mesmo os países desenvolvidos foram e estão sendo castigados severamente até os dias presentes.

O Brasil, por ser um dos países mais afetados pela pandemia da COVID-19, orientou também, os Estados e Municípios a elaborarem seus próprios planos de contingência. Nesse sentido, o Estado do Pará, assim como os demais, elaborou um plano de enfrentamento à COVID-19 baseado nas informações do Ministério da Saúde como também nas orientações da OMS. Dentre as principais metas do Plano é possível listar os objetivos seguintes:

Geral

- Minimizar os efeitos da disseminação do Vírus SARS-CoV-2 sobre a morbimortalidade no estado do Pará.

Específicos

- Controlar a disseminação do vírus SARS-CoV-2 entre a população;
- Reduzir a morbidade, principalmente das formas graves da doença e mortalidade por COVID-19;
- Organizar e estruturar a oferta de leitos críticos para assistência aos casos de síndrome respiratória aguda grave.
- Definir fluxos para identificação de casos pelas novas variantes no Estado. (PARÁ, 2021, p. 6).

Dentre as principais pautas do documento estavam as medidas para desacelerar os crescentes índices de casos no estado, o que ainda se fazia evidente após quase dois anos do início da pandemia. Importante ressaltar que esse documento foi elaborado já no segundo semestre de 2021, tendo como base anterior os escritos do Ministério da Saúde, mais especificamente o Protocolo elaborado por especialistas da pasta.

Além dos objetivos expostos no documento, a Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), trouxe também informações sobre o SARS-CoV-2, tais como transmissão, período de incubação, manifestações clínicas novas variantes, prevenção, informações sobre imunizações até então disponíveis e manifestação de número de casos. “No estado do Pará, o primeiro caso foi conhecido em 18 de março no município de Belém, sendo que posteriormente o vírus se dispersou em todos os municípios do estado.” (PARÁ, 2021, p.4).

Destarte, o estado lançou uma forma de monitoramento por região de saúde no Pará, o que facilitou compreender quais as regiões mais afetadas do território paraense.

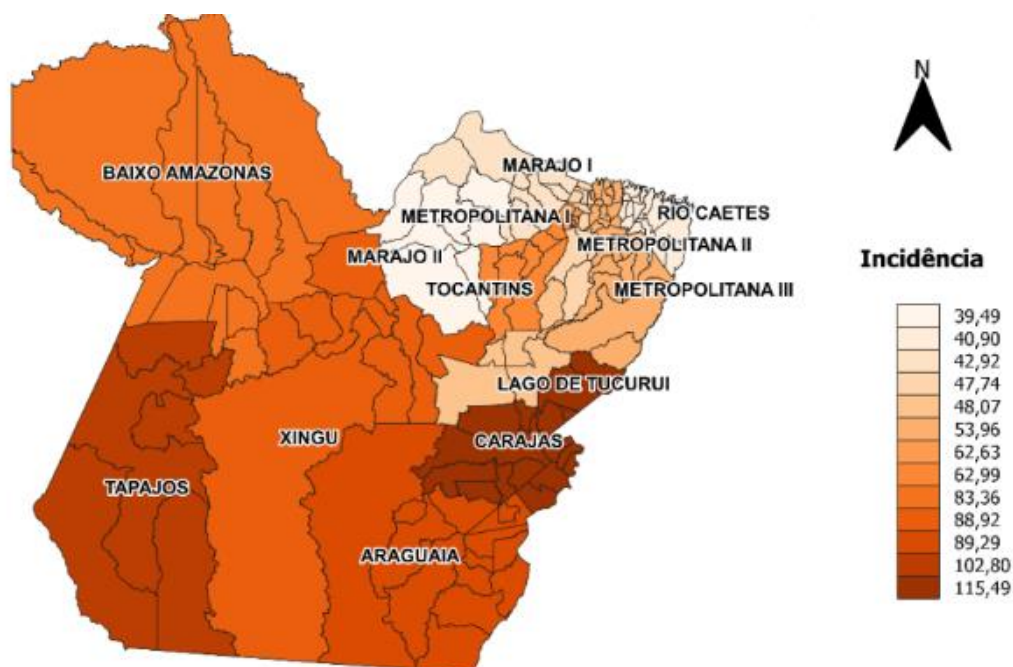


Figura 1 – Mapa de Incidência da COVID-19 por Região de Saúde no Pará, de 01/03/2020 a 21/10/2021. Fonte: Pará, (2021).

Tabela 2 - Tabela de incidência, letalidade, mortalidade, casos e óbitos confirmados de COVID-19, por Região de Saúde, Pará, de 01/03/2020 a 21/10/2021.

Região de Saúde	Casos	Incidência	Óbitos	Letalidade	Mortalidade
Metropolitana I	141.182	62,63	6.239	4,42	276,79
Baixo Amazonas	64.787	83,36	2.108	3,25	271,23
Rio Caetes	21.892	40,90	696	3,18	130,02
Metropolitana III	51.235	53,96	1.478	2,88	155,66
Lago de Tucuruí	22.571	48,07	654	2,90	139,27
Metropolitana II	17.716	47,74	494	2,79	133,12
Tocantins	44.962	62,99	1.115	2,48	156,20
Marajo II	12.798	39,49	308	2,41	95,03
Tapajos	22.803	102,80	545	2,39	245,69
Xingu	31.473	88,92	665	2,11	187,88
Marajo I	11.053	42,92	198	1,79	76,89
Carajas	102.505	115,49	1.502	1,47	169,23
Araguaia	51.367	89,29	719	1,40	124,98
TOTAL	596.344	68,62	16.721	2,80	192,40

Fonte: Pará, (2021). *Incidência por 1.000, letalidade por 100 e mortalidade por 100.000

Conforme dados da SESPA, é possível constatar que a proliferação no estado se deu de forma frenética o que causou muitas mortes de pacientes com condições e a fatores de riscos a serem considerados em razão de complicações da COVID-19. Nesse contexto, estão as grávidas em qualquer idade gestacional, adultos acima dos 59 anos, população indígena, pacientes com tuberculose, obesos com IMC acima de 39 em adultos, diabéticos, hipertensos, e entre outros. (BRASIL, 2020a).

Pela análise do mapa, a região mais afetada foi a do Carajás, seguida pela área do Tapajós, localidade onde está situada a cidade de Itaituba. No tocante a esta última zona citada, o município de Itaituba também foi um dos mais assolados desse território, tendo em vista a grande circulação de pessoas de outras cidades e estados, e isso ficou evidente com a manifestação em decreto pelo poder municipal.

Art. 1º O Município de Itaituba resolve adotar medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do COVID-19, no âmbito de sua circunscrição, definidas nos termos deste Decreto.

Art. 2º Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, a Secretaria Municipal de Saúde publicará o plano de contingência a ser seguido pelos cidadãos e órgãos municipais. (ITAITUBA, 2020, p. 1).

Diante disso, as medidas adotadas como restrição domiciliar, suspensão de eventos governamentais, de esporte, lazer e funcionamento de estabelecimentos com

grande concentração de pessoas, tornaram-se instrumento para desacelerar o contágio. Por conseguinte, a elaboração do Plano de Contingência para facilitar o manejo de pacientes durante o surto da virose e para servir de orientação aos profissionais da chamada “linha de frente” da pandemia.

Nesse sentido, o principal objetivo do plano foi “Reduzir o impacto da introdução e possível surto de COVID-19 no Município de Itaituba e na Região de Saúde do Tapajós quanto à morbidade e mortalidade”. (ITAITUBA, 2020, p. 3). Nessa perspectiva o plano visava amenizar a proliferação, já que a erradicação seria impossível de ser efetivada no contexto de inúmeros casos confirmados no estado.

Conforme dados da Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Boletim Diário, o primeiro caso confirmado de COVID-19 na cidade, foi no dia 26 de março de 2020. Desde então os casos foram aumentando gradativamente, o que foi possível devido ao descumprimento da população diante das medidas adotadas pelo poder público, como também às orientações da OMS. Assim, passados aproximadamente quatro meses, o resultado foi alarmante, com quase 3 mil casos confirmados.



Figura 2 – Boletim Oficial da SEMSA Itaituba - PA. Fonte: SEMSA, 2020.

Nesse sentido, o município de Itaituba ganhou destaque no estado do Pará pela incidência de casos confirmados, o que pode sugerir também os altos índices de mortalidade na região do Tapajós. Em resumo, de acordo a Secretaria de Estado de Saúde Pública, o município de Itaituba atingiu a faixa de 14 mil casos, o que integra a cidade no ranking das dez cidades com maiores números no estado.

Em síntese, o coronavírus responsável pela pandemia que ceifou mais de 6 milhões de vidas, fez com que o mundo repensasse alguns conceitos, nos âmbitos econômico, religioso, social e principalmente no que concerne às novas formas de vida. Os profissionais das mais diversas esferas foram coagidos a mudar suas práticas, incluindo a tecnologia como suporte tão necessário para o desenvolvimento harmônico de suas atividades, dentre eles o Técnico Educacional, o qual veio a tornar ainda mais evoluída as práticas de ensino.

2.2 A ESCOLA NA PANDEMIA

Diante de todo esse cenário de devastação pela COVID-19, a escola, como parte do meio social, também padecia com paralizações pelo sistema educacional, o que acarretou em diversas modificações no âmbito educacional brasileiro e mundial. Assim, essas repercussões causadas pela maior crise sanitária do século XXI até o momento, tornaram desafiador o processo de ensino e aprendizagem, tão relevante para o combate à desigualdade econômica e social.

[...] a pandemia do COVID-19 vem produzindo repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias. A necessidade de ações para contenção da contaminação do coronavírus causou mudanças de comportamentos nos mais diversos segmentos da sociedade, tais como, no lazer, no trabalho, na mobilidade, na convivência social e na educação. (GROSSI; MINONDA; FONSECA, 2020, p. 152).

Nessa ótica, os efeitos da pandemia assolaram as áreas sociais de formas sequenciada e desenfreada, desconstruindo saberes, práticas e experiências nos mais diversos segmentos. Contudo, a tentativa de estancar a rápida assolação do sistema social, causou transformações irreversíveis no que cabe ao novo modelo de sociedade, baseado no uso mais frequente da tecnologia como suporte às atividades mais elementares do cotidiano.

Nesse contexto de transformações no Brasil, os estados e municípios, nas redes públicas e privadas, no ensino básico e superior, encerraram as atividades educacionais em março de 2020. Dessa forma, o afastamento de alunos e professores da escola fomentou a necessidade pela continuidade dos trabalhos educacionais, uma vez que não se poderia prever a cessão da crise sanitária. Diante das incertezas, a

utilização de máscaras sanitárias e o distanciamento social foram as primeiras medidas a serem tomadas, seguidas pelo isolamento domiciliar.

Nessa visão, Ferreira Sobrinho Júnior e Moraes (2020, p.130-131) esclarecem que: “[...] dentre os reflexos advindos do distanciamento social por conta da COVID-19, também tivemos o fechamento imediato das escolas. O fechamento abrupto das escolas acarretou a necessidade da adoção emergencial do ensino remoto”. Assim, o ensino remoto foi uma das ferramentas utilizadas pelo sistema educacional como método para dar prosseguimento às atividades educacionais, acatando as medidas de restrição.

“No Brasil, a utilização dos artefatos tecnológicos na educação básica ganhou força com a pandemia de Covid-19.” (MARTINS; ALMEIDA, 2020, p. 218). Embora se presuma que o ensino remoto é realizado a distância, como proceder no advento do período pandêmico? O que priorizar? E quais as instituições de ensino devem aderir? Todos esses questionamentos pairavam sobre os órgãos educacionais que viam esse modelo educacional, frequente nas Instituições de Ensino Superior (IES), como a maneira mais provável de não piorar o cenário educacional brasileiro, já tão instável com sucedidas crises político-econômicas.

O ensino remoto prioriza a mediação pedagógica por meio de tecnologias e plataformas digitais para apoiar processos de ensino e aprendizagem em resposta à suspensão de aulas e atividades presenciais em escolas e universidades no cenário da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Também conhecido como Ensino Remoto Emergencial (ERE), este modelo é utilizado em situações emergenciais, nas quais as atividades educativas presenciais precisam ser suspensas, como ocorre no cenário mundial, em função da pandemia de Covid-19. [...] O ensino remoto não se configura como a simples transposição de modelos educativos presenciais para espaços virtuais, pois requer adaptações de planejamentos didáticos, estratégias, metodologias, recursos educacionais, no sentido de apoiar os estudantes na construção de percursos ativos de aprendizagem. (OLIVEIRA, et al., 2020, p. 11-12).

Conforme a visão do autor, o ensino remoto é uma ferramenta que possibilita a ascensão do processo educativo em meio a uma paralização decorrente de um evento excepcional e, embora seja bastante eficaz, não é capaz de comutar um modelo presencial de forma abrupta, uma vez que é imprescindível a efetivação de adaptações ao contexto de cada realidade. Importante ressaltar que essa possibilidade do uso remoto se deu a partir de um documento expedido pelo Ministério

da Educação e Cultura (MEC) como forma de prossecução das atividades educacionais no Brasil.

Com a portaria nº 343 de 17 de março de 2020, o MEC dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meio digitais no período de pandemia. O Conselho Nacional de Educação (CNE), de forma a apoiar e legalizar a utilização do ensino remoto, em 28 de Abril de 2020 lançou parecer tornando favorável a reorganização do calendário escolar e a possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia do COVID – 19. (COSTA; NASCIMENTO, 2020, p. 1).

Dado o exposto, a medida instaurada pelo Ministério da Educação seria de fato uma verdadeira “jogada de mestre”, se não fosse o caso de a maioria dos profissionais da educação brasileira não estivessem tão despreparados para a inserção em massa dos recursos tecnológicos no cotidiano educacional. Embora a ideia tenha obtido o apoio do CNE por meio da remodelagem do calendário escolar, não se configuraria de forma eficaz, tendo em vista o caráter iminente da exigência.

Outro fator relevante a ser destacado no cenário pandêmico, frisando o princípio da crise, além da decadência do aprendizado, foi o período de ausência dos alunos nas escolas, o que desencadeou outras problemáticas. Dessa forma, nota-se uma realidade incomum no cenário mundial, já que a escola passou a vivenciar ainda mais dificuldades nas disciplinas básicas, como leitura e escrita de palavras ou as quatro operações, o que reflete a ausência do contato físico e direto com o professor.

Na visão de Fonseca, Sganzerla e Enéas (2020), a crise sanitária do COVID-19, possibilitou em 2020, a nível mundial, o período mais duradouro do afastamento dos alunos das aulas presenciais e da convivência social, aproximadamente 8 meses. Nesse sentido, nota-se que as aulas remotas foram ferramentas que além de sustentarem a educação para que não incorresse em decadência total, também funcionou para manter o contato entre professores e alunos como forma de motivação recíproca.

O afastamento dos alunos de sala de aula, não significou o afastamento deles da escola. O ensino, na maioria de instituições, passou a ser remoto. Ele precisou ser remodelado e a concepção de educação foi ampliada pela utilização das tecnologias. (COSTA; NASCIMENTO, 2020, p. 1). Assim, há visões de que a pandemia proporcionou a deliberação da tecnologia com maior consistência, o que suscitou a revisão de conceitos petrificados sobre educação, como também a percepção da figura insubstituível do professor, como substancial mediador da educação.

No que tange à relação professor-aluno e vice-versa, Costin et al. (2020) explanam que no contexto pandêmico a conexão entre professores e alunos demonstrou ser o alicerce para o desenvolvimento educacional. Assim, esse contato, mesmo que de forma virtual, proporcionou a interação de forma efetiva, o que auxiliou na aprendizagem a partir das relações sociais.

Embora o professor tenha utilizado os mais diversos métodos como forma de facilitar a aprendizagem dos alunos, Souza (2020, p. 113) salienta que

Apesar das TIC já fazerem parte, direta ou indiretamente, da rotina das escolas e da realidade de muitos professores e estudantes, a utilização delas no período de pandemia, para substituir os encontros presenciais, tem encontrado vários desafios, entre eles: a infraestrutura das casas de professores e estudantes; as tecnologias utilizadas; o acesso (ou a falta dele) dos estudantes à internet; a formação dos professores para planejar e executar atividades *online*.

Diante disso, as Tecnologias da Informação e Comunicação por um lado positivaram a visão dos órgãos de saúde e educação pública, facilitando o desenvolvimento das atividades educacionais, também conhecido como “o novo normal”. Por outro lado, a instável condição socioeconômica de alguns alunos e professores impossibilitou a realização de atividades mais consistentes à comunidade escolar, colaborando para a desmotivação de pais e responsáveis.

Em síntese, “ A emergência do coronavírus provocou várias mudanças nas nossas vidas e, em relação à educação, mostrou o que já estamos discutindo e estudando há muito tempo: a educação precisa se reinventar”. (SOUZA, 2020, p. 117). Portanto, diante das discussões relativas às práticas educacionais na pandemia, fica evidente que o caos do COVID-19, possibilitou reinventar e recriar ideias já tão caelejadas no cenário educacional brasileiro.

2.3 DESAFIOS DO TÉCNICO DURANTE A PANDEMIA.

No advento do período pandêmico causado pela COVID-19, os profissionais da educação vivenciaram experiências até então desconhecidas, até mesmo por outros educadores experientes no ramo.

[...] as escolas tiveram que fechar os portões como forma de manter o distanciamento social e, assim, evitar maiores índices de contaminação pelo novo vírus. Entretanto, medidas foram adotadas, dentre elas a utilização com maior frequência do ensino remoto, na perspectiva de amenizar as perdas que os alunos teriam em seu processo de ensino aprendizagem. (SANTOS, 2021, p. 3 - 4).

Esse formato de educação deliberado pelas autoridades em vigência, proporcionou aos alunos o acesso à educação, como previsto em lei. Por outro lado, ficou ainda mais evidente a desestruturação do sistema educacional brasileiro, quer pela vulnerabilidade socioeconômica de muitas famílias que lutam por direitos fundamentais, quer por profissionais da educação que se unem por melhores condições de trabalho.

Nesse cenário de desafios excepcionais provocados por essa crise sanitária, o Técnico Educacional, enquanto agente organizador do ensino na escola, padecia com suas mazelas, tanto na área profissional quanto na vida social. Nesse contexto, devido ao acúmulo de funções, esse profissional viu-se sobrecarregado pelas atribuições a serem cumpridas em breve espaço de tempo, além de ter de lidar com ferramentas insuficientes para a eficácia de seu trabalho.

Ademais, Rodrigues e Santos (2020, p. 109), esclarecem que: “Frente aos desafios impostos, foi necessária a adoção de estratégias para reduzir o impacto da interrupção das aulas presenciais na vida dos estudantes, como o ensino a distância ou remoto”. Diante disso, por se tratar de atividades de um período excepcional, o Técnico Educacional não foi amparado com orientações de como desenvolver suas atribuições com algumas limitações, o que também lhe gerou crises emocionais, tais como estresse e ansiedade.

Além disso, como o ambiente escolar é considerado um local de concentração de pessoas, profissionais e familiares têm preocupações sobre o potencial de transmissão do COVID-19 no ambiente escolar. (RODRIGUES; SANTOS, 2020). Assim, já de início, o TE se viu obrigado a lidar com problemáticas que por vezes estavam além de sua capacidade, como por exemplo a falta de conexão com internet, ferramenta essencial para a realização de seu trabalho no lapso da pandemia.

Destarte, os principais desafios vivenciados pelo TE no advento da pandemia, podem ser listados por Rodrigues e Santos (2020) da seguinte forma:

- a) intensificação da jornada de trabalho;
- b) a não familiarização com a tecnologia;
- c) desgastes físicos e emocionais;
- d) dificuldades de acesso à internet tanto pelos profissionais da educação quanto pelos alunos.

Dessa maneira, esse profissional foi compelido a atuar em tempos obscuros, tendo em vista todas as suas vulnerabilidades sociais e profissionais, muito além do que fora preparado para viver. Cabe ressaltar ainda que o TE “tem se redescoberto diante de situações antes não vivenciadas e tampouco discutidas na graduação em licenciatura.” (PÁDUA; FRANÇA-CARVALHO, 2020, p. 2).

Assim, partindo do pressuposto de que o TE foi o profissional foi sujeitado a buscar melhorias em suas ações dentro da escola, não é de se admirar que algum ou outro profissional da área não tenha se familiarizado com as Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), mesmo recebendo orientação para tal. No entanto, esse empecilho encontrado por alguns TEs, não se limita somente à sua área de atuação, alguns docentes se viam na mesma situação embaraçosa, acarretada pelo mínimo contato com as TICs durante boa parte de sua atuação na educação.

As dificuldades encontradas pelos professores em lidar com a tecnologia tem sido um grande desafio na atual conjuntura do sistema educacional por se tratar de um mundo novo para muitos docentes, principalmente, das escolas da rede pública, onde trabalhar diretamente com a tecnologia ainda parece ser um sonho, considerando o contexto de ausências e inoperâncias das políticas educacionais e as desigualdades tecnológicas variantes de região para região. Adentrar no mundo das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), sem estar preparado, trouxe para os agentes do processo educacional a insegurança, pois na maioria das escolas da rede pública as TICs são pouco utilizadas, o que se tornou um desafio tanto para os professores quanto para os TEs nesse momento pandêmico em que umas das alternativas é o ensino remoto. (SANTOS, 2021, p. 5).

Conforme destacado, os profissionais da educação padeceram para se adaptar a inserção das TICs na educação, uma vez que não tinham hábito de trabalhar com tais recursos tecnológicos. Mas afinal, quais recursos foram os mais essenciais para o desenvolvimento das atividades educacionais? Ainda de acordo com Santos (2021), o YouTube, Google Meet, Microsoft Teams, Facebook, Instagram, Telegram e o principal de todos, o WhatsApp, foram os softwares (programas e APPs) mais utilizados pelos profissionais da educação, seja para transmitir suas aulas ao vivo, seja para gravá-las e deixá-las disponíveis para os alunos. No caso do TE, essas ferramentas foram e são utilizadas para conduzir o diálogo entre escola, família e afins.

Assim, é extremamente relevante destacar a figura do Técnico Educacional como um elo que une as partes fundamentais da escola por meio de um trabalho engajado, que viabilize constantes atualizações no processo ensino aprendizagem.

Ademais, por fazer parte da equipe pedagógica e também da administração da escola, esse profissional torna-se também indispensável para o desenvolvimento do aluno, tendo em vista sua capacidade de dialogar e resolver problemáticas internas e externas ao espaço escolar.

“Percebe-se a importância que tem a presença desse profissional no espaço escolar. O papel que desempenha, somado aos outros agentes que atuam no processo educativo, pode produzir bons resultados”. (SANTOS, 2021, p. 4). Cabe salientar que por estar diretamente atrelado à configuração do processo de ensino e aprendizagem da comunidade escolar, definido por alguns autores como a “mola propulsora”, esse profissional necessita estar em constante atualização do seu currículo para que o dinamismo seja prevalente em seu trabalho.

Partindo novamente do pressuposto da atuação do TE em tempos de pandemia, e dos desafios vivenciados principalmente no período do surgimento da crise sanitária sem precedentes, cabe salientar a questão emocional desse profissional que atuou diretamente na tomada de decisões dentro da escola. Dessa maneira, apesar de se utilizarem dos recursos tecnológicos para facilitar o trabalho diante das adversidades, fatores como a carga horária extensa e os problemas técnicos que surgiam no decorrer das atividades, como a falta de conexão com internet, agravaram a qualidade psicológica.

Na visão de Ferraz, Ferreira e Ferraz (2021), quando se expõe esses desafios na pandemia, falamos de um profissional em quem reflete a insegurança, o medo e a angústia de um trabalho pautado na amenização de consternações familiares, indivíduos temerosos por suas vidas, ansiosos pela garantia de um futuro melhor por meio da educação. Portanto, o TE vivenciou o pesadelo de ser abalado pelas realidades sociais de seu trabalho, e esse motivo psicológico foi um dos responsáveis pela emergência de incertezas nas relações pedagógicas.

Por fim, os impactos gerados pela pandemia no contexto escolar foram alarmantes, o que afetou também a progressão das atividades do TE. Diante dessas dificuldades, esse especialista foi compelido a se reinventar não apenas por satisfação profissional, mas por uma questão de empatia atribuída a comunidade escolar que anseia por uma educação de crescente qualidade e melhores condições de vida.

Dessa maneira, ainda que esse profissional tenha sentido a necessidade de se reinventar, conhecendo mais a fundo os benefícios proporcionados pelas TICs, não se admira ainda ver o reflexo de alguém que anseia por melhores condições de

trabalho, seja reconhecimento social, seja incentivo financeiro ou até mesmo a subtração da carga de trabalho. Enfim, o fato é que esse especialista é o norte da escola, e por esse motivo anseia por maiores reconhecimentos aos seus méritos, já que na maioria das instituições públicas de ensino sua capacidade de atendimento é extrapolada, insatisfazendo suas expectativas profissionais.

3 ATUAÇÃO DO TÉCNICO EDUCACIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: ANÁLISE EM CINCO ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA – PA.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

3.1.1 EMEF Professora Maria Oliveira de Mendonça

Para proceder uma investigação de cunho mais efetiva, houve a necessidade de se obter mais de um ambiente de pesquisa, tendo em vista o caráter subjetivo da problemática analisada, por esse motivo utilizou-se da visão de cinco Técnicos Educacionais de cinco escolas da rede municipal de ensino, estrategicamente localizadas. Diante disso, a instituição preambular no enfoque da pesquisa foi a EMEF Professora Maria Oliveira de Mendonça, situada na 3ª Rua, Km 05 – s/nº, Bairro Jardim Aeroporto, CEP: 68181-2090, no município de Itaituba – Pará, tendo sido fundada em dezembro de 1984, na gestão do governador Jader Barbalho.

A escola iniciou mesmo as atividades em 1985, funcionando apenas com um pavilhão constituído por 04 salas de aula. Desde então passou por diversas reformas e ampliações com a finalidade de atender uma clientela que se intensificava a cada ano por meio da criação de novos residenciais subjacentes.

Atualmente é considerada uma escola de grande porte dentro do município, tanto pela estrutura física, quanto pela demanda atendida. Para tal, o educandário possui um prédio constituído por 04 blocos onde são alocadas 18 salas de aula, além da sala da direção, secretaria, sala de professores, sala de mídias, biblioteca, cozinha, dispensa, banheiro de colaboradores, 09 banheiros para alunos, sendo um desses destinados à PCD (Pessoa com Deficiência) e Quadra Poliesportiva coberta.

No que tange a parte de funcionamento, a instituição atende de segunda a sexta-feira, nos períodos manhã, tarde e noite, com os horários 7h e 30 min entrada e saída às 11h e 30min (6º tempo 12h e 15min), 14h entrada e saída às 18h (6º tempo às 18h 45 min) e 19h e 30min entrada e saída às 23h, respectivamente, sendo que em cada turno existe um intervalo de 15 minutos.

Assim, distribuídos nesses horários, o alunado chega a um montante de 1.216, distribuídos entre o Ensino Fundamental regular (1º ao 9º ano), Educação de Jovens e Adultos (3ª e 4ª Etapas) e Atendimento Educacional Especializado (AEE). E por fim, porém não menos importante, é formada por um quadro de servidores constituído por

84 pessoas, sendo 55 professores, 03 cuidadoras, 05 auxiliares administrativos, 03 merendeiras, 03 vigias, 01 secretário, 01 diretor, 02 vice-diretoras, e 01 técnico educacional.

3.1.2 EMEF Padre José de Anchieta

Por conseguinte, aplicou-se a pesquisa ao Técnico Educacional da EMEF Padre José de Anchieta, localizada na Avenida Manoel Alexandre, nº 852, perímetro que compreende a lacuna entre a travessa João Pessoa e travessa Lauro Sodré, 34ª rua, CEP: 68180-540, Bairro Santo Antônio, município de Itaituba no estado do Pará. Inaugurada em 15 de dezembro de 1987, a referida iniciou suas atividades educacionais somente em 03 de março de 1988.

Partindo do histórico de fundação, ao instituir o nome, a instituição fez uma homenagem ao Jesuíta Padre José de Anchieta que veio para o Brasil com o objetivo de catequização dos nativos e difusão dos dogmas católicos. Embora tenha sido esse o nome adotado na instituição atualmente, a referida já prestava serviços à população, com o nome de Escola Vinte e Cinco de Março, e já tinha uma clientela de 560 alunos, atendendo o ensino fundamental de 1ª a 4ª séries na época.

Hodiernamente, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre José de Anchieta, possui um prédio próprio, com uma área construída de 2.786,88 metros, comportando 15 salas de aula, além de salas para o setor administrativo, serviços de apoio e quadra poliesportiva coberta, com uma clientela de 1.199 alunos, distribuídos em 30 turmas, de 1º ao 9º ano, divididos em dois turnos. O educandário tem como visão educacional: “Educar com qualidade, integrando o educando à sociedade”.

3.1.3 EMEF São Tomé

O terceiro alvo da pesquisa foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental São Tomé, situada na Rua Nossa Senhora do Bom Remédio, 20ª, s/n, no Bairro São Tome, na cidade de Itaituba – PA, administrada pela Secretaria Municipal de Educação. A instituição foi fundada no ano de 1980, na gestão do então prefeito Altamiro Raimundo da Silva, sob a justificativa do atendimento ao índice elevado de crianças na faixa etária de 06 a 14 anos existentes no Bairro e suas localidades mais próximas.

Ao ser idealizada, a escola recebeu esse nome como forma de homenagem ao padroeiro do bairro. Assim sendo, a instituição ao longo de sua existência passou por diversas modificações tanto estruturais quanto pedagógicas. E atualmente conta com uma clientela de 430 alunos, distribuídos de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, além de um quadro de 42 colaboradores, que se revezam nos turnos matutino e vespertino.

Com relação à instalação de ensino, conforme dados do censo de 2020, a escola conta com 08 salas de aula, 01 sala da diretoria, 01 sala de professores, 01 sala da secretaria, cozinha, 01 sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE), 01 quadra poliesportiva coberta e 01 laboratório de ciências. Além disso tudo, a Escola São Tomé tem como missão “Lutar pela garantia do acesso e permanência do aluno na escola, bem como proporcionar uma educação de qualidade social, igualitária e compromissada, visando à formação dos cidadãos críticos, reflexivos e atuantes na sociedade”.

3.1.4 EMEF Magalhães Barata

A pesquisa também foi direcionada à visão da Técnica Educacional da EMEF Magalhães Barata, que foi fundada em 03 de outubro de 1981. A instituição se encontra localizada na Av. Rotary, s/n, CEP: 68180-390, Bairro Bela Vista, Itaituba – PA, sendo considerada uma instituição de grande porte dentro do município, tendo em vista a clientela considerável que atende.

Fundada em 03 de outubro de 1981, a escola construída em uma área de 6.158,5 metros, até o ano de 1998 era patrimônio do estado, passando para a responsabilidade da gestão municipal no ano seguinte. Em 2007 passou por ampliação em suas instalações, ganhando 03 novas salas de aula, cozinha e 02 banheiros. Essas modificações continuaram para o atendimento cada vez maior de alunos matriculados com o decorrer dos semestres.

Nos dias presentes realiza o atendimento de 570 alunos, com atendimento nos turnos matutino e vespertino, com a oferta do Ensino Fundamental completo (1º ao 9º ano). Quanto aos servidores, a escola conta com um total de 42, distribuídos na área de gestão-administrativa, docência e apoio. Já na parte estrutural, dispõe de 10 salas de aula, 01 sala da diretoria, 01 secretaria, 01 sala de professores, 01 sala de leitura,

01 sala de vídeo, 01 sala de informática, 01 cozinha, 1 depósito, 7 banheiros e 01 quadra poliesportiva coberta.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Magalhães Barata tem como filosofia, o desenvolvimento de uma ação integrada entre família, escola e SEMED, para obtenção de qualidade de ensino. Como missão, busca promover uma educação de qualidade visando a formação de indivíduos críticos, reflexivos e conscientes de seus direitos e deveres na sociedade.

3.1.5 EMEF Joaquim Caetano Corrêa

A quinta e última escola a ser investigada foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Joaquim Caetano Corrêa, que se encontra localizada na Av. Marechal Rondon, 540, Bairro Boa Esperança, centro da cidade de Itaituba – PA. Foi criada em 08 de março de 1975, funcionando, a princípio, em caráter provisório com turmas de 5ª séries, sendo homologada em definitivo no ano de 1976. Construída sob a administração do Governador da época, Aluizio da Costa Chaves em parceria com a gestão municipal de Altamiro Raimundo da Silva.

O nome da instituição foi instituído por meio de uma Portaria datada de 06 de dezembro de 1978 pelo então Secretário de Educação Acyr de Jesus Neves de Barros Pereira e faz alusão ao fundador da cidade de Itaituba, o Tenente Coronel Joaquim Caetano Corrêa. A partir de 1999 em virtude da municipalização do ensino, a escola passou a operar nos turnos Matutino, Vespertino e Noturno, com as modalidades de Ensino Fundamental de 6º ao 9º e EJA com turmas de 3ª e 4ª Etapas.

Na contemporaneidade, no que diz respeito ao espaço físico, a escola possui prédio próprio, com área de 127 metros de frente e 175 de fundo. Nesse espaço estão divididas 09 salas de aula, 06 dependências no bloco administrativo, distribuídas entre: sala da diretoria, sala da coordenação pedagógica, sala de professores com banheiro e biblioteca. Além desses, há também um espaço para uma lanchonete, pátio com refeitório, 04 sanitários para os alunos, cozinha, dispensa e uma quadra poliesportiva coberta.

Quanto ao funcionamento, a escola funciona manhã e tarde, das 7h e 30min às 12h e 15min e 13h e 30min às 18h e 15min, respectivamente, com 15min de intervalo em cada horário. Assim, a escola conta com um atendimento à 491 alunos, sendo 390 matriculados no Ensino Fundamental e 101 matriculados na EJA (Educação de

Jovens e Adultos), que funciona nos turnos matutino vespertino. Esses alunos estão distribuídos em 12 turmas de Ensino Fundamental regular 6º ao 9º ano e 03 turmas de EJA, sendo 3ª e 4ª etapa.

A respeito do quadro funcional, o educandário conta com 54 servidores, sendo 36 professores, 04 auxiliares administrativos, 04 auxiliares de serviços gerais, 03 merendeiras, 03 vigias, 01 secretária, 01 diretor, 01 vice-diretora e 01 técnica Educacional. Dessarte, a filosofia da instituição é pautada na formação de atitudes e valores, e tem como missão a promoção da democracia educacional e formação de indivíduos preparados para o mercado de trabalho e pleno exercício da cidadania.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O mecanismo metodológico empregado para o desenvolvimento desse trabalho, consiste em uma pesquisa de abordagem qualitativa que, segundo Teixeira (2005), visa estreitar a distância entre teoria e dados, contexto e comportamento por meio da lógica e da análise fenomenológica, ou seja, a compreensão dos fenômenos por meio da descrição e explicação. Nota-se então que o enfoque qualitativo é um instrumento utilizado para viabilizar a aproximação entre teoria e prática, formando o termo *práxis*, definido por Karl Marx como a perfeita sintonia entre ambas.

Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. (GODOY, 1995, p. 21).

Dado o exposto, é perceptível a visão ampla do pesquisador ao depositar confiança na obtenção de dados por meio da pesquisa qualitativa, na qual visa a compreensão de fenômenos através de informações retiradas do máximo de indivíduos participantes da ação de pesquisa. Em outras palavras, há a captação do máximo de elementos possíveis, seguida pela seleção e adequação ao contexto de pesquisa, utilizando métodos de investigação adequados a cada realidade.

Dessa forma, a investigação sucederá mediante a utilização dos tipos de pesquisa, a *bibliográfica* que, para Lima e Mioto (2007), refere-se à classificação dos materiais selecionados como fonte de pesquisa, por exemplo: livros, coletânea de

textos, teses, dissertações e periódicos. Nessa técnica de pesquisa, fundamentou-se na concepção de autores que corroboram com o assunto, bem como sobre as questões que circundam esse especialista, assim pode se destacar: Brasil (2020), Costa e Nascimento (2020), Costin et al (2020), Martin et al (2020), Martins e Almeida (2020), Oliveira et al (2020), Pádua e França-Carvalho (2020), Santos e outros (2021), que possibilitaram a realização de uma injunção da problemática com base em pesquisas já realizadas sobre o tema.

E a pesquisa *de campo*, que para Marconi e Lakatos (2003, p. 186) tem como objetivo: “o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade”. Assim, pode ser considerada como uma investigação realizada por meio da coleta de dados junto aos sujeitos da pesquisa que, nesse caso, são 5 (cinco) Técnicos Educacionais de escolas da rede municipal de ensino de Itaituba, Pará.

Nesse contexto, a pesquisa direcionada às escolas EMEF Professora Maria Oliveira de Mendonca; EMEF Padre José de Anchieta; EMEF São Tomé; EMEF Magalhães Barata e EMEF Joaquim Caetano Corrêa, foi realizada no mês de junho de 2022, embora tenha sido focada para o advento da pandemia da Covid-19, isto é, ano de 2020 e subsequentes. Para tanto, como instrumento de coleta de dados, dispôs-se de um questionário composto por 9 questões objetivas e subjetivas com o intuito de averiguar desafios e vivências desse especialista no advento da pestilência da Covid-19 que assolou os sistemas educacionais por todo o mundo.

3.3 RESULTADO E ANÁLISE DA PESQUISA

Para efetivar esse trabalho, investigou-se cinco TE com idades entre 43 e 54 anos, sendo três do sexo feminino e dois do sexo masculino. Todos possuem graduação em Pedagogia, requisito básico para a atividade, com tempo de atuação entre 15 a 18 anos. Com relação ao tempo de trabalho em cada instituição que atualmente exercem o cargo, o período de variação é maior, de 3 a 13 anos, sendo que dos cinco pesquisados, apenas dois exercem outra ocupação.

Dado o exposto, o pedagogo na condição de Técnico Educacional é um profissional fundamental no desenvolvimento harmônico das atividades educacionais, tendo em vista sua habilidade de organização e resolução de conflitos. Assim, o intuito dessa pesquisa é também, contribuir para maior análise dos desafios desse

especialista, que vão além do contexto da pandemia. Assim, inicia-se a investigação com uma breve descrição das questões sanitárias no advento da pandemia sob a ótica dos técnicos.

Quadro 1 - Descrição do cotidiano no advento da pandemia. **Fonte:** Técnicos Educacionais - Itaituba-PA, (2022).

TECNICO	RESPOSTAS
1	O meu cotidiano extraescolar no último biênio a respeito das questões sanitárias mostrou-me as dificuldades de adaptação à emergência sanitária. Muitas vezes me deixou exposto e à deriva na imensa sobrecarga de trabalho remoto.
2	A maior parte do tempo em casa, desenvolvendo as atividades que, em condições normais, estariam sendo feitas no ambiente escolar.
3	No último biênio o meu cotidiano extraescolar foi cercado de muito medo e insegurança, mas também de muita fé e esperança. Além de ir ao trabalho, as saídas se resumiram, como ir ao supermercado ou à casa dos pais. O uso da máscara e do álcool em gel passou a fazer parte do cotidiano. Foi um tempo de crescimento profissional, pois aproveitei para investir em estudos e pesquisas sobre temas educacionais, já que ficava mais tempo em casa.
4	Alerta total. A princípio os cuidados se intensificaram na rotina, higienização constante do ambiente e das mãos, uso do álcool em gel, máscara e distanciamento social.
5	No início da pandemia foi muito difícil para todo mundo por não saber direito com o que estávamos lidando, mas eram seguidas todas as normas de segurança à saúde, como o uso de máscaras, álcool em gel e o distanciamento social.

Ao relatar sobre o cotidiano no período de eclosão da pandemia, os técnicos afirmaram que os desafios foram gigantescos, haja vista que tinham que lidar com questões excepcionais, como as aulas remotas e adaptação às emergências sanitárias. A insegurança e o medo tanto no trabalho quanto fora, foram agentes motivadores para adquirir todas as precauções possíveis para evitar o contágio, como o uso de EPIs (Equipamento de Proteção Individual) e a preservação do distanciamento social.

Ademais, diante das problemáticas, atuaram com afinco nos interesses da escola, visando “buscar estratégias para crescimento da equipe, assuntos relacionados aos alunos, as necessidades e dificuldades diárias, através de metodologias e objetivos.” (BENEVIDES e ARAÚJO, 2021, p.138). Nesse sentido, agiram na harmonia dos interesses da comunidade escolar, tendo como principais instrumentos o diálogo, a capacidade de resolução de conflitos e o profissionalismo, tão essenciais no desenvolvimento de suas atribuições.

Perguntou-se também: Quais as limitações principais você teve que vivenciar ao realizar as atividades mais básicas do seu cotidiano profissional?

Quadro 2 - Quais as limitações principais você teve que vivenciar ao realizar as atividades mais básicas do seu cotidiano profissional? **Fonte:** Técnicos Educacionais - Itaituba-PA, (2022).

TECNICO	RESPOSTAS
1	Falta de tempo para executar minhas reais funções. Limitou-se o tempo de planejamento, organização e a formação continuada dos professores.
2	Indiscutivelmente, a maior limitação foi a falta de contato mais próximo com professores, alunos e familiares.
3	Dentre as limitações vivenciadas na realização do meu trabalho, acredito que a falta do contato direto, da presença física dos colegas e alunos foi o que mais estranhei. Estava acostumada a acompanhar o processo de ensino dos professores e a aprendizagem dos alunos, propondo intervenções e redimensionando as práticas pedagógicas no dia a dia. A relação, outrora, tão próxima, passou a ser quase que exclusivamente por meios digitais, através de telas frias de celular ou papéis impressos, sem o calor humano que aquece as relações, criam, fortalecem os laços e geram confiança, tão importante no processo de desenvolvimento da criança. A relação com os alunos, que foi sempre muito próxima, passou a exigir um distanciamento, que foi bem difícil de manter no retorno gradativo das atividades presenciais, já que as crianças são sempre muito espontâneas e sempre gostam de abraçar e compartilhar suas coisas.
4	A falta de infraestrutura e recursos tecnológicos. Foram necessárias adaptações diante das dificuldades para lidar com a tecnologia e “alcançar” os docentes para uma nova realidade desafiadora. Além disso, lidar com o medo do desconhecido e as emoções.
5	A dificuldade era que nem todos os colegas tinham a facilidade de trabalhar com a tecnologia. Outro desafio encontrado foi o contato com alguns responsáveis de alunos que, por não terem domínio da leitura e da escrita, não compreendiam os avisos enviados pelos grupos, o que dificultava mais um pouco o trabalho.

No que tange a atuação na pandemia, os técnicos dividiram opiniões sobre as principais limitações em seus cotidianos. Conforme relatos do T1, a principal limitação foi o breve tempo de planejamento das atividades. Já na visão dos T2 e T3, trata-se da ausência do contato mais próximo com alunos e professores, o que pode ter ocasionado uma desarmonia no desenvolvimento de algumas performances. Por fim, os T4 e T5, acreditam de fato que o maior empecilho foi ter de lidar com a tecnologia.

Os especialistas, de modo geral, de fato não se sentiam preparados para atuar em meio a uma pandemia e, “mesmo aqueles profissionais que se mostravam mais resistentes às tecnologias, com o início da pandemia, acabaram não tendo muita escolha a não ser se renderem a ela.” (GAGO e CORBELLINI, 2021, p. 127). Por outro lado, ao invés de relutar à tecnologia, desdenhando da ideia de que as ferramentas digitais poderiam minar a essência de um contato físico, a tomaram por aliada, evoluindo como profissionais e simplificando tarefas anteriormente muito complexas.

Quadro 3 – Quais recursos você utilizou para facilitar o contato com professores e alunos? **Fonte:** Técnicos Educacionais - Itaituba-PA, (2022).

TECNICO	RESPOSTAS
1	As TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) e o acesso online.
2	Como a maioria dos profissionais da educação, os recursos utilizados foram da mídia social, a saber: WhatsApp, lives, chamadas de vídeo e ligações telefônicas.
3	No início foi muito difícil, acredito que os maiores desafios a serem superados foram, primeiro a falta de domínio das tecnologias digitais e APPs, tão essenciais naquele momento. Segundo a resistência em usá-los. Tive que buscar formação e informações para que tivesse condições de, superando minhas dificuldades, auxiliar os professores a continuarem trabalhando. Usamos APPs para as nossas reuniões online, trocas de mensagens em grupos de WhatsApp, gravações de tutoriais que auxiliaram no uso de APPs e desenvolvimento de atividades, gravação de vídeos e mensagens com orientações diversas (tanto para os professores quanto para pais e alunos).
4	O uso do computador e celular, predominando a comunicação pelo WhatsApp a falta de equipamento adequado em casa por parte de alguns professores, linha especial da maioria dos pais foi um dos principais problemas enfrentados.
5	O recurso mais utilizado foram as formações de grupos no WhatsApp, para que os conteúdos e fossem repassados para os alunos, sendo que estes após responder as atividades, encaminhavam para o professor .

Ao se tratar dos recursos utilizados pelo Técnico Educacional para mediar a comunicação entre ele e o seu público alvo de atendimento, os entrevistados foram enérgicos ao afirmar que se valeram das redes sociais para efetivar essa correspondência, em especial WhatsApp. Ademais, houve também o uso de softwares capazes de realizar reuniões online e outros com função de criar tutoriais para facilitar a elucidação de problemáticas referentes a docentes e discentes.

Nesse sentido, nota-se que os meios digitais, apesar de terem se tornado um dos maiores empecilhos no desenvolver do trabalho dos técnicos, foi na maior parte do período pandêmico, o principal recurso de comunicação entre profissionais e alunos. Assim, é importante analisar o papel crucial que obteve a tecnologia na prossecução das atribuições desse especialista, bem como no cumprimento das medidas sanitárias, em especial, o isolamento social.

Aos entrevistados foi perguntado: Você se sentiu totalmente capacitado para operar as ferramentas tecnológicas (APPs, softwares) exigidas pelos órgãos educacionais no advento da pandemia?

Quadro 4 – Você se sentiu totalmente capacitado para operar as ferramentas tecnológicas (APPs, softwares) exigidas pelos órgãos educacionais no advento da pandemia? **Fonte:** Técnicos Educacionais - Itaituba-PA, (2022).

TECNICO	RESPOSTAS
1	Não. Às vezes estava completamente perdido, porém tentava aprender a utilizar ferramentas online.
2	Com certeza. Inclusive, esse conhecimento prévio, além de ter contribuído com o meu trabalho, me possibilitou instruir os colegas no uso dessas ferramentas.
3	Não me senti capacitada e a superação das dificuldades só foram possíveis por esforço próprio e a solidariedade dos colegas. Tanto a formação acadêmica foi falha nesse sentido, quanto faltou apoio da secretaria de educação. É compreensível que ninguém estivesse preparado para o que aconteceu, inclusive a equipe da SEMED, mas é inaceitável que tenham deixado a mercê da sorte e do esforço das próprias escolas, principalmente no momento do retorno ao atendimento presencial sem orientações essenciais quanto aos protocolos e às medidas sanitárias a serem adotadas, sendo encaminhadas às escolas somente depois de muitas cobranças.
4	Não. De fato, foi um desafio constante nos levando a buscar aperfeiçoamento para superar as limitações quanto ao uso das ferramentas tecnológicas que se fazem indispensáveis ao nosso cotidiano.
5	Apesar de ter certo conhecimento com relação às ferramentas tecnológicas, houve sim um pouco de dificuldade, pois tivemos que inserir no cotidiano de forma rápida e nem todos os colegas de trabalho tinham a facilidade de trabalhar com a tecnologia.

Conforme afirmação de uma parcela dos inquiridos, a capacidade de operação das ferramentas informatizadas disponibilizadas pelos órgãos educacionais foi um problema. Na visão dos T1, T3, T4 e T5, a imperícia era prevalente no uso de tais recursos, no entanto valeram-se do autodidatismo para criar novas práticas e aperfeiçoar as que já dispunham. Apenas o T2 afirmou que estava preparado para o desafio das TICs, e que utilizou das habilidades para praticar a empatia e ajudar seus colegas de trabalho no que precisassem.

Observamos que mesmo os professores que já utilizavam as tecnologias digitais como apoio ao ensino presencial encontraram dificuldade para se adaptar ao ensino remoto, visto que muitos não têm infraestrutura adequada em suas casas, tampouco formação específica para atuar na docência *online*. [...] O ensino remoto tornou-se um desafio para esses profissionais que precisaram aprender na prática a usar as TICs para desenvolver as suas aulas. (SOUZA, 2020, p. 113).

Nessa ótica, os profissionais da educação em geral padeceram com a necessidade de adaptação frenética ao método de trabalho diante da chegada da caótica pandemia da COVID-19, o que desencadeou também algumas dificuldades no desenvolvimento de suas atividades. Por outro lado, a resiliência lhes possibilitou vencer obstáculos nunca vividos em suas longas experiências na educação.

De acordo com suas experiências, obtidas nessa crise sanitária, você acredita que o desenvolvimento do seu trabalho foi prejudicado?

Quadro 5 – De acordo com suas experiências, obtidas nessa crise sanitária, você acredita que o desenvolvimento do seu trabalho foi prejudicado? **Fonte:** Técnicos Educacionais - Itaituba-PA, (2022).

TECNICO	RESPOSTAS
1	Sim, pouco. Meu trabalho foi prejudicado sim porque tudo surgiu muito rápido e não estava preparado para uma mudança brusca de trabalho do presencial para o virtual, mas consegui.
2	Sim, muito. Fui muito prejudicado, pois algumas situações precisavam ser resolvidas de forma presencial.
3	Sim, pouco. O compromisso nos impulsiona na busca pela superação das dificuldades. Foi desafiador, foi difícil, mas o comprometimento com a educação é e sempre será maior que qualquer dificuldade.
4	Sim, muito. Passamos por uma crise sanitária trazendo consigo uma série de situações emocionais e sociais que modificou a rotina de todos, impondo a necessidade de adaptações para lidar com o “novo normal”.
5	Sim, muito. Estamos acostumados a trabalhar de forma presencial, a conversa direta tanto com o professor quanto com o aluno. Com a pandemia tivemos que aprender a colocar em nosso cotidiano o uso das mídias, e o que mais dificultou foi que alguns tem o conhecimento e outros não e, até conseguir trabalhar com todos, levou um pouco de tempo, o que acabou prejudicando o desempenho do nosso trabalho.

Sobre a temática que aborda as atividades dos especialistas, a maioria acredita que foi muito prejudicado, justificando que a mudança brusca do atendimento presencial para o remoto foi o entrave que minou a harmonia das tarefas. Por outro lado, os T1 e T3 declararam que foram também prejudicados, embora com menos intensidade, atribuindo pouco poder de danificação ao caos da pandemia, já que acreditam que o profissionalismo transcende as problemáticas do cotidiano.

Dado o exposto, Jean Piaget defende que o homem é um ser social, ou seja, são as relações sociais que definem suas dimensões físicas e psicológicas. Nessa ótica acredita-se que, não é de se admirar que o contato físico e as relações construídas a partir do diálogo entre alunos e colegas de trabalho tenham dificultado o trabalho dos técnicos, como também haja possibilidade de não haver dano. Em contrapartida, é importante que se analise cada caso isolado, considerando as peculiaridades de cada ser humano, que o tornam único em sua maneira de ser. Perguntou-se: Em sua opinião, o acompanhamento aos alunos ocorreu na mesma intensidade do que com os professores?

Quadro 6 – Em sua opinião, o acompanhamento aos alunos ocorreu na mesma intensidade do que com os professores? **Fonte:** Técnicos Educacionais - Itaituba-PA, (2022).

RESPOSTAS	%
Não	0
Parcialmente com ambos	20
Mais com os alunos	0
Mais com professores	40
Totalmente com ambos	40

Ao abordar sobre o acompanhamento de alunos e professores, os TE investigados opinaram em questões divergentes. Assim, um dos profissionais afirmou que o acompanhamento ocorreu de forma parcial com ambos. Dos restantes, as opiniões foram divididas nas alternativas que tratavam maior assistência ao professor e totalmente com ambos, respectivamente.

Portanto, é possível assegurar que, levando em consideração os dados estatísticos, os alunos foram menos assistidos em comparação aos docentes. Assim, pressupõe-se que a assistência aos alunos, após os professores, deveria ser dada pelos pais, já que os TE dividiriam a função de auxiliar o aluno com os responsáveis, que seria mais viável devido a convivência diuturna de ambos, considerando os efeitos da pandemia.

Os entrevistados responderam acerca: Com relação às famílias dependentes do acompanhamento contínuo do Técnico Educacional, como se deu o diálogo, tendo em vista os meios de controle sanitários?

Quadro 7 – Com relação às famílias dependentes do acompanhamento contínuo do Técnico Educacional, como se deu o diálogo, tendo em vista os meios de controle sanitários? **Fonte:** Técnicos Educacionais - Itaituba-PA, (2022).

TECNICO	RESPOSTAS
1	Remotas e presencialmente, mas sempre obedecendo as normas da OMS (Organização Mundial da Saúde).
2	Foi muito difícil, haja vista que muitas famílias carentes não possuem acesso à internet em suas residências, tampouco disponham de aparelhos celulares, que fez com que algumas atividades fossem realizadas sem as devidas orientações.
3	O diálogo com as famílias aconteceu nos momentos de entregas de atividades, mas principalmente através de chamadas de vídeos, de voz e mensagens de texto, via grupo de WhatsApp.
4	O diálogo contribuiu para amenizar o impacto da pandemia nas famílias. O trabalho ocorreu mediante as possibilidades, com o uso do WhatsApp, buscando manter as famílias informadas e entregar o melhor serviço diante desse período de isolamento social.
5	O atendimento era feito através de ligações e mensagens no WhatsApp.

Quando questionados sobre a assistência às famílias no contexto primário da pandemia, considerando os padrões sanitários, os TE foram unânimes ao afirmar que as orientações se deram por meios virtuais, especialmente pelos meios digitais, como o WhatsApp. Destacaram também os desafios enfrentados pelas famílias mais carentes quanto o acesso à internet e também aos aparelhos necessários para tal, o que dificultou a comunicação e consequentemente o trabalho dos TE.

“Adentrar no mundo das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), sem estar preparado, trouxe para os agentes do processo educacional a insegurança,

pois na maioria das escolas da rede pública as TICs são pouco utilizadas[...]”. (SANTOS, 2021, p. 1). Diante dessas circunstâncias é preciso analisar o lado das famílias que são agentes de educação, atentando para a imperícia em manejar tais recursos tecnológicos. Se por um lado o técnico padecia com tais mudanças bruscas, ainda que recebendo orientações e capacitações, por outro os familiares que eram apenas receptores dos conteúdos padeciam com a desinformação.

Perguntou-se: Quais meios a instituição em que você trabalha utilizou para lidar com a evasão escolar?

Quadro 8 – Quais meios a instituição em que você trabalha utilizou para lidar com a evasão escolar?
Fonte: Fonte: Técnicos Educacionais - Itaituba-PA, (2022).

TECNICO	RESPOSTAS
1	Fazendo Busca Ativa.
2	Reforçamos as Busca Ativa que já era de praxe e, com isso, conseguimos minimizar os problemas de evasão.
3	O enfrentamento à evasão escolar foi feito através da Busca Ativa. O acompanhamento da realização/devolução das atividades não presenciais e atividades online, possibilitaram o levantamento das demandas de evasão. Diante dessa informação, entrava-se em contato com os responsáveis através do WhatsApp, ligações normais, convites, notificações e, sempre que necessário, visita domiciliar.
4	Diálogos constantes através de WhatsApp, criação de grupos de alunos por turma, atividades escritas (impressas ou virtuais), atividades virtuais (vídeos, slides), trabalhos impressos, atividades no livro didático, comentários nas ferramentas virtuais, foram algumas estratégias, além da busca ativa em loco quando era possível.
5	Começamos a intensificar a Busca Ativa, após verificar quais alunos não estavam fazendo atividade, entrávamos em contato com o responsável para que este pudesse cobrar do filho que entregasse as atividades no período correto.

A respeito dos mecanismos utilizados para lidar com a evasão escolar, causada principalmente pela crise sanitária, os interrogados afirmaram em consonância que o principal dispositivo usado foi o reforço da Busca Ativa Escolar. Os T3 e T4, acrescentaram também as mídias digitais como forma de desacelerar tal problemática que, estatisticamente, atingiu números elevados nesse período.

Nessa concepção é notório que a Busca Ativa Escolar é um instrumento de alto prestígio pelos gestores de escolas, tendo em vista sua eficácia na reintrodução dos alunos no sistema educacional, bem como na amenização da evasão escolar.

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia para identificar os estudantes que por algum motivo não estão frequentando a escola, no caso do período pandêmico, não estão sendo alcançado pelo Ensino Remoto Emergencial [...]. Destaca-se que a Busca Ativa Escolar é uma ação coletiva com o envolvimento de vários setores da sociedade, a exemplo das Secretarias de Saúde e Ação Social. (NOVAIS e MENDONÇA, 2021, p. 192).

Dado o exposto, a ferramenta de reinserção escolar atuou principalmente após a desaceleração da pandemia de forma recuperar alunos que por motivos alheios ou não a sua vontade se afastaram da escola. Esse trabalho tornou-se de fundamental relevância no contexto educacional tendo em vista a atuação de vários órgãos sociais em prol da manutenção da educação básica.

Quadro 9 – Qual (is) fator (es), na sua opinião, merecem lugar de destaque no rol de acontecimentos educacionais na pandemia? Marque com um X dois fatores de cada opção. **Fonte:** Técnicos Educacionais - Itaituba-PA, (2022).

PRINCIPAIS AVANÇOS	Q.	PRINCIPAIS RETROCESSOS	Q.
Inserção da Tecnologia	4	Evasão escolar	5
Facilidade de comunicação	1	Ausência de incentivo estatal	0
Desconstrução de conceitos	3	Carência socioeconômica	1
Cooperação entre entidades públicas	1	Decadência da Infraestrutura	0
Promoção do autodidatismo.	1	Sobrecarga profissional	4

Com relação aos fatores que exerceram destaque no setor educacional no advento da pandemia, os técnicos, conforme suas vivências, assinalaram duas questões de cada eixo temático, divididas em “Principais avanços” e “ Principais retrocessos”. Diante disso, na área de principal avanço, o a temática “inserção da tecnologia” recebeu quatro votos, dos cinco entrevistados, seguido pela “desconstrução de conceitos”.

Já no que tange os principais regressos, o tema “evasão escolar” recebeu todos os votos e ganhou destaque como o fator mais negativo do trabalho do Técnico Educacional em tempos de pandemia, seguido pelo item que faz alusão à “sobrecarga de trabalho”. Os TE escolheram os temas que mais lhes foram frequentes na pandemia, o que foi constatado também em seus depoimentos.

Portanto, o TE enquanto profissional responsável pela harmonia do processo educacional, necessita de maior apoio no desenvolvimento de suas atividades, tanto em incentivos financeiros quanto em condições estruturais. Assim, é necessário conhecer e analisar o papel que desempenha o TE dentro da escola e, com base nesse conhecimento, definir estratégias para melhorar suas condições de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante os dados obtidos no ato da pesquisa, a qual fundamentou-se na atuação no Técnico Educacional em tempos de pandemia, foi perceptível que os profissionais atuantes nessa área da educação padeceram diante do cenário sanitário proporcionado pela pandemia do Coronavírus. Com a portaria do MEC nº 343 de 2020, houve a substituição do ensino presencial pelo ensino remoto, o que fez com que os educadores do Brasil e do mundo repensassem sua prática educativa, além de terem que se reinventar diante da aplicação em massa das TICs no sistema educacional, ocasionando a sobrecarga de trabalho como também a insegurança em muitos profissionais.

Dado o exposto, o objetivo desse estudo foi analisar os desafios do trabalho do Técnico Educacional no contexto da pandemia da COVID-19, verificando a execução de suas atividades e identificando por meio disso, os principais avanços e retrocessos da escola nesse período. Ademais, a investigação focalizou nas estratégias para lidar com a evasão escolar, nos recursos de manutenção do diálogo com as famílias, alunos e professores, nas principais limitações vivenciadas por esse profissional e nos métodos para lidar com as TICs.

Fundamentando-se nas afirmações do questionário destinado aos TE, é possível assegurar que a atuação desse profissional foi marcada pela sobrecarga de funções, decorrente da incumbência de assumir o trabalho que deveria ser realizado por dois profissionais, o que se intensificou com o advento da pandemia. Em outras palavras, a função de supervisor educacional, que tem como objetivo atender somente professores e a função de orientador que visa atender os alunos, assumidas por esse profissional, foi potencializada pela insegurança, ausência de estrutura e pouco tempo de planejamento das ações, colaborando também para o acúmulo de trabalho.

Outro fator importante a ser destacado, é que o TE é o profissional que tem como objetivo zelar pela harmonia do processo educacional e para isso ele deve traçar estratégias para lidar diretamente com as questões de recuperação de alunos, isto é, a evasão escolar. Assim, no ato da pesquisa, constatou-se que a ferramenta mais comum nesse processo é a Busca Ativa, que consiste em uma parceria com a comunidade escolar para a manutenção da criança na escola, permitindo que pessoas enviem informações via internet ou SMS, sobre crianças ou adolescentes fora da escola, mobilizando uma equipe escolar para tomar as providências cabíveis.

Em síntese, à luz das informações da atuação do TE é possível afirmar que essa atividade é cercada de desafios, a começar pelo desempenho de duas funções, o que já é de fato uma performance incontestável. Assim, destaca-se a sobrecarga de trabalho, dificuldades em adaptação às TICs, a decadência de estrutura física e pedagógica, o pouco incentivo financeiro, a ausência de reconhecimento social, o desgaste físico e emocional, a insegurança, o medo e o estresse como as maiores objeções desse profissional no surgimento da pandemia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Iriam Polini. **Atribuições do Orientador Educacional: Uma análise do Real e Ideal na prática do Orientador Educacional**. 2010. 11f. Dissertação (mestrado) – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, RJ.

BECHARA, Evanildo C. (org.). **Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras: língua portuguesa**. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

BENEVIDES, Ginevra Gurgel; ARAÚJO, Zilda Tizziana Santos. **O papel do coordenador pedagógico no ensino remoto**. Revista Faculdade FAMEN, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://revistafamen.com.br/index.php/revistafamen/article/download/38/45>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 72.846**, de 26 de setembro de 1973. Regulamenta a Lei nº 5.564 de 21 de dezembro de 1968, que provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72846-26-setembro-1973-421356-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. **Lei n. 5.645**, de 10 de dezembro de 1970. Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5645.htm>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. **Lei n. 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 07 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de manejo clínico da Covid-19 na Atenção Especializada**. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. 1.ed.rev. Brasília: DF, 2020a. Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/protocolo-de-manejo-clinico-da-covid-19-na-atencao-especializada/>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

BRASIL. **Ofício Circular nº 015, de 28 de novembro de 2005. Secretaria Executiva. CGGP/SAA/SE/MEC**. Brasília, nov. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/acessibilidade-sp-940674614?id=13256>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRITO, Sávio Breno Pires. et al. **Pandemia da Covid-19: o maior desafio do século XXI**. Revista Visa em Debate: Sociedade, Ciência e Tecnologia. p. 54-63, 2020. Disponível em: <<http://www.visaemdebate.incqs.fiocruz.br/>>. Acesso em: 12 mai. 2022.

CARLOS, Jociane Aparecida; LODI, Ivana Guimarães. **A prática pedagógica em supervisão escolar: a importância da inter-relação entre o supervisor pedagógico e o corpo docente.** Evidência, Araxá, v. 8, n. 8, p. 55-66, 2012. Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos_alunos/doc_1375113555.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2022.

COSTA, Antônia Erica Rodrigues; NASCIMENTO, Antônio Wesley Rodrigues do. Os desafios do Ensino remoto em tempos de pandemia no Brasil. In: Conedu: VII Congresso Nacional de Educação, 2020, Maceió. **Educação como (re) Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos.** Edição Online: Editora Realize, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69217>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

COSTIN, Claudia; et al. **A escola na pandemia: 9 visões sobre a crise do ensino durante o coronavírus.** 1ª ed. Porto Alegre: Ed. do autor. 2020. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/institutoinovacao/wp-content/uploads/2020/09/ebook-a-escola-na-pandemia-com.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2022.

FERRAZ, Roselane Duarte; FERREIRA, Lúcia Gracia; FERRAZ, Rita de Cássia Souza Nascimento. **O coordenador pedagógico e a organização do trabalho escolar no contexto da pandemia.** Revista Humanidades e Inovação. v. 8, n. 61, 2021. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4324/3580>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

FERREIRA SOBRINHO JUNIOR, João; MORAES, Cristina de Cássia Pereira de. **A COVID-19 e os reflexos sociais do fechamento das escolas.** Dialogia, São Paulo, n. 36, p. 128-148, set. /dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/18249>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

FONSECA, Rochele Paz; SGANZERLA, Giovana Cochetto; ENÉAS, Larissa Valency. **Fechamento das escolas na pandemia de COVID-19. Impacto socioemocional, cognitivo e de aprendizagem.** Debates em Psiquiatria, v. 10, n. 4, p. 28-37, dez. 2020. Disponível em: <<https://revistardp.org.br/revista/article/view/23>>. Acesso em: 31 mai. 2022.

GAGO, Daiane Rodrigues; COBERLLINI, Silvana. **Orientação Educacional: O combate à Evasão escolar na pandemia.** Faz Ciência, v. 23, n. 28, jul. /dez. 2021, p. 118 - 143. Disponível em: <<https://erevista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/27737>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. **Orientação Educacional na Prática: princípios, histórico, legislação, técnicas e instrumentos.** 6ª ed. São Paulo: Cengage Learning. 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n.

2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

GROSSI, Marcia Gorett Ribeiro; MINONDA, Dalva de Souza; FONSECA, Renata Gadoni Porto. **Impacto da Pandemia do COVID-19 na Educação: Reflexos na vida das famílias. Teoria e Prática da Educação**, Belo Horizonte, MG, v. 23, n.3, p. 150-170, set. /dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/53672>>. Acesso em: 30 mai. 2020.

ITAITUBA. **Decreto Municipal nº 036**, de 16 de abril de 2020. Dispõe sobre as medidas emergenciais de saúde pública decorrente da infecção humana pelo COVID-19 e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.itaituba.pa.gov.br/noticia/561/decreto-municipal-n-0362020/>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

ITAITUBA. **Lei Municipal Nº 2.485/2012**. Dispõe sobre a revogação da Lei Nº 1.816/2006 e implanta o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos trabalhadores da Educação Pública do Município de Itaituba, Estado do Pará, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.itaituba.pa.gov.br/pagina/13/legislacaoservidores>>. Acesso em: 08 mai. 2021.

ITAITUBA. **Lei Municipal Nº 2.649/2013**. Extingue o Cargo de Porteiro Educacional, altera o artigo 96, §1º da Lei 2.485/2012 e os anexos da mesma lei.”. Disponível em: <<https://www.itaituba.pa.gov.br/pagina/13/legislacaoservidores>>. Acesso em: 09 mai. 2021.

ITAITUBA. Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA). **Plano de Contingência Municipal para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus**. 2020. Disponível em: <<https://www.itaituba.pa.gov.br/pagina/8/legislacao-covid-19/download/18/>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

LAGAR, Fabiana; SANTANA, Bárbara B. de; DUTRA, Rosimeire. **Conhecimentos Pedagógicos para concursos públicos**. 2ª ed. Brasília: Editora Gran cursos. 2012.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Katálisis. Florianópolis, SC, v. 10, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141449802007000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 mai. 2021.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo, Atlas. 2003.

MARTIN, Pollyana da Silva. et al. **História e Epidemiologia da COVID-19**. Ulakes Journal of Medicine, p. 11-22, 2020. Disponível em: <<http://revistas.unilago.edu.br/index.php/ulakes>>. Acesso em: 12 mai. 2022.

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. **Educação em tempos de pandemia no Brasil: saberes fazeres escolares em exposição nas redes e a educação on-line como perspectiva**. Redoc: Revista Docência e Cibercultura. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 215, mai. /ago. 2020. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/51026>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

NOGUEIRA, José Vagner Delmiro; SILVA, Carolina Maria da. **Conhecendo a origem do Sars-Cov-2 (COVID 19)**. Revista Saúde e Meio Ambiente – RESMA, Três Lagoas, v. 11, n. 2, p. 115-124, agosto/dezembro. 2020. Disponível em: <<https://desafioonline.ufms.br/index.php/sameamb/article/view/10321>>. Acesso em: 13 mai. 2022.

NOVAIS, Edcleide da Silva Pereira; MENDONÇA, Daelcio Ferreira Campos Mendonça. **Fora da escola não pode! Busca ativa na pandemia**. Revista Latino-Americana de Estudos Científicos, v. 2, n. 10, p. 190 - 200, 2021. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/36219>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin. **Princípios e métodos de supervisão e orientação educacional**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima; et al. **Diálogos com docentes sobre ensino remoto e planejamento didático**. Recife: EDUFRPE, 2020. Disponível em: < <http://www.ufrpe.br/sites/www.ufrpe.br/files/Guia%20de%20Acessibilidade%202021%20-%20NACES%20-%20UFRPE%20%281%29.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

PÁDUA, Carlos Alberto Lima de Oliveira; FRANÇA-CARVALHO, Antônia Dalva. **Ações desenvolvidas pelo coordenador pedagógico em tempos de pandemia: Um relato de experiência**. HOLOS, UFPI, v. 5, 1-12, 2020.

PARÁ. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº. 001** de 05 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a regulamentação e a consolidação das normas estaduais e nacionais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará. Disponível em: <<http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

PARÁ. **Decreto n. 2.403**, de 02 de outubro de 1997. Estabelece critérios para a Receita de Pessoal referente aos profissionais do Magistério do Ensino Fundamental. Disponível em: <<http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

PARÁ. **Lei n. 7.442**, de 2 de julho de 2010. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação da Rede Pública de Ensino do Estado do Pará e dá outras providências. Disponível em: <<http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

PARÁ. Secretaria de Saúde Pública. **Boletim Epidemiológico COVID-19**. 21 de out de 2021. Disponível em: <<http://www.saude.pa.gov.br/rede-sespa/coronavirus/boletim-epidemiologico-covid/>>. Acesso em: 17 mai. 2022.

PARÁ. Secretaria de Saúde Pública. **Plano de Contingência Estadual para respostas à Emergência de Saúde Pública – COVID-19**. Diretoria de Vigilância em Saúde. 5.ed. 2021. Disponível em: <<http://www.saude.pa.gov.br/rede-sespa/coronavirus/plano-de-contigencia-covid19/>>. Acesso em: 16 mai. 2022.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **Formação e prática do Educador e do Orientador: Confrontos e Questionamentos**. 2º ed. Campinas: Papirus, 1998.

RANGEL, Mary (org.). **Supervisão pedagógica: Princípios e práticas**. Campinas: Papirus, 8ª ed. 2008.

RANGEL, Mary; FREIRE, Wendel (orgs). **Supervisão Escolar: Avanços de conceitos e processos**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

RIBEIRO, Maria Teresa de Assunção Freitas; ANDRADE, Teresinha de Paiva; PINTO, Sônia Engel. **Orientação educacional: Uma experiência em desenvolvimento**. São Paulo: EPU, 1984.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho; SANTOS, Priscila Morgana Galdino dos. (orgs). **Reflexões e Desafios das Novas Práticas Docentes em Tempos de Pandemia**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. *E-book*.

ROSA, Alessandra Victor do Nascimento; OLIVEIRA, Andreza Silva de; ESTEVES, Flavia Varriol de Freitas Lobo. Uma possibilidade de atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais na UNIRIO: A realização do NAPE. **Revista Práticas em Gestão Pública Universitária**. V. 2, n. 2, jul-dez. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/pgpu/article/view/18634/12917>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

SANSEVERINO, Adriana Manziolillo; GOMES, Carlos Francisco Simões. Propostas dos técnicos em assuntos educacionais. **ReCaPe - Revista de Carreiras e Pessoas**. São Paulo. v. 7, n. 2, p. 456-474, mai-ago. 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ReCaPe/article/view/32656>>. Acesso em: 23 fev. 2022.

SANTOS, José Fábio dos. Coordenador pedagógico e o ensino remoto: práticas e desafios frente à pandemia. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 11, n. 2, p. 1-14, jul. /dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/32806>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SANTOS, José Fábio dos. Coordenador pedagógico e o ensino remoto: práticas e desafios frente à pandemia. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 11, n. 2, p. 1-14, jul. /dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/32806>>. Acesso em: 17 jul. 2022.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Educação. Instruções Especiais SE - 3, de 11-4- 2008, publicada no **DOE** de 24/11/2007.

SEMSA. **Boletim oficial atualizado Secretaria Municipal de Saúde Coronavírus - 2020**. Itaituba, 3 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CCMWkjIAL0a/?igshid=MDJmNzVkMjY=>>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

SOUZA, Elmara Pereira de. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, UESB: Vitória da Conquista ano XVII, v. 17, n. 30, p. 110-118, jul. /dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/7127>>. Acesso em: 31 mai. 2022.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três Metodologias: Acadêmica, da Ciência e da Pesquisa**. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2005.

APENDICE A - QUESTIONÁRIO AOS TÉCNICOS EDUCACIONAIS

Ilustríssimo (a) Técnico (a),

Sou acadêmico da Faculdade de Itaituba, do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, e conto com sua indispensável participação no ato desta pesquisa que possui como desígnio a realização de um estudo (monografia de graduação) sobre o tema: **ATUAÇÃO DO TÉCNICO EDUCACIONAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: Análise em cinco escolas de Itaituba – PA.** Atenciosamente, agradeço a colaboração.

QUESTIONÁRIO AOS TÉCNICOS EDUCACIONAIS

I. IDENTIFICAÇÃO:

- a) Gênero: _____ b) Idade: _____ c) Estado Civil: _____
 d) Quanto tempo atua como Técnico? _____
 e) Tempo de Trabalho nesta instituição? _____
 f) Possui outra ocupação além desta? () sim () não

II. RELATOS DOS PROFISSIONAIS:

1. Descreva um pouco do seu cotidiano extraescolar no último biênio a respeito das **questões sanitárias**.

2. Mediante o advento da pandemia causada pela COVID-19 e as modificações no campo educacional, **quais as limitações principais você teve que vivenciar ao realizar as atividades mais básicas do seu cotidiano profissional?**

3. Devido às restrições impostas pelos órgãos sanitários, principalmente pelas orientações da OMS, muitas ações presenciais tiveram que ser suspensas. Diante disso, **quais recursos você utilizou para facilitar o contato com professores e alunos?**

4. Considerando seus conhecimentos em tecnologia aplicados à educação, adquiridos principalmente durante sua formação acadêmica, **você se sentiu totalmente capacitado para operar as ferramentas tecnológicas (APPs, softwares) exigidas pelos órgãos educacionais no advento da pandemia?**

5. De acordo com suas experiências, obtidas nessa crise sanitária, você acredita que o desenvolvimento do seu trabalho foi prejudicado? Justifique.

- () Não
 () Sim, pouco
 () Sim, muito

6. Na sua opinião, o acompanhamento aos alunos ocorreu na mesma intensidade do que com os professores?

- () Não () Parcialmente com ambos () Mais com os alunos
 () Mais com professores () Totalmente com ambos

7. Com relação às famílias dependentes do acompanhamento contínuo do Técnico Educacional, como se deu o diálogo, tendo em vista os meios de controle sanitários?

8. A pandemia da COVID-19 foi capaz de limitar todos os profissionais em seus afazeres, desencadeando uma qualidade inferior de produção em comparação a outros períodos. Diante disso, **quais meios a instituição em que você trabalha utilizou para lidar com a evasão escolar?**

9. Com relação à escola na pandemia, **qual (is) fator (es), na sua opinião, merecem lugar de destaque no rol de acontecimentos educacionais na pandemia? Marque com um X dois fatores de cada opção.**

a) Principais avanços:

- () Inserção da Tecnologia
 () Facilidade de comunicação
 () Desconstrução de conceitos
 () Cooperação entre entidades públicas
 () Promoção do autodidatismo.

b) Principais retrocessos:

- () Evasão escolar
 () Ausência de incentivo estatal
 () Carência socioeconômica
 () Decadência da Infraestrutura
 () Sobrecarga profissional

Outros: _____